



# Interativa

## Relações Étnico-raciais e Afrodescendência

**Autora:** Profa. Crislaine Valéria de Toledo-Plaç

**Colaboradores:** Profa. Silmara Machado

Prof. Nonato Assis de Miranda

Profa. Ronilda Iyakemi Ribeiro

## Professora conteudista: Crislaine Valéria de Toledo –Plaçã

Nascida na cidade de São Paulo-SP, iniciou seus estudos na Universidade de São Paulo (USP) em 1989, formando-se em Ciências Sociais em 1994, onde cursou também licenciatura na mesma área. Durante seus anos de estudo, desenvolveu pesquisas na área de Sociologia, estando ligada, desde a iniciação científica, ao NEMGE/USP (Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da Universidade de São Paulo), no qual pôde aprofundar-se na temática das relações de gênero, procurando compreender a condição feminina e as relações entre homens e mulheres nos mais diversos âmbitos sociais, como política, mercado de trabalho, movimentos sociais, direitos sociais, família, sexualidade e religião. Em 2002, concluiu o mestrado em Sociologia pela mesma universidade e passou a lecionar em diversas instituições de ensino superior na região da Grande São Paulo. Ao mesmo tempo, atuou em coordenação pedagógica e orientação educacional nos níveis fundamental e médio, ocasião em que ampliou seus estudos na área de Educação. Como professora da Unip desde 2008, tem lecionado disciplinas nas áreas de Ciências Sociais, Metodologia Científica, Educação, História e Filosofia, principalmente para os cursos de Pedagogia e Enfermagem, nos *campi* de Alphaville e Cidade Universitária. A partir de 2010, passou a trabalhar também na Unip Interativa, iniciando suas atividades na modalidade EaD no curso de Pedagogia, como líder da disciplina Relações Étnico-raciais e Afrodescendência.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T649r Toledo-Plaça, Crislaine Valéria de

Relações étnico-raciais e afrodescendência / Crislaine Valéria de Toledo-Plaça. - São Paulo: Editora Sol, 2012.  
124 il.

Nota: este volume está publicado nos Cadernos de Estudos e Pesquisas da UNIP, Série Didática, ano XVII, n. 2-035/12, ISSN 1517-9230.

1. Relações étnico-raciais. 2. Afrodescendência 3. Diversidade.  
I.Título.

CDU 301

W503.00 – 19

Prof. Dr. João Carlos Di Genio  
**Reitor**

Prof. Fábio Romeu de Carvalho  
**Vice-Reitor de Planejamento, Administração e Finanças**

Profa. Melânia Dalla Torre  
**Vice-Reitora de Unidades Universitárias**

Prof. Dr. Yugo Okida  
**Vice-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa**

Profa. Dra. Marília Ancona-Lopez  
**Vice-Reitora de Graduação**

### **Unip Interativa – EaD**

Profa. Elisabete Brihy  
Prof. Marcelo Souza  
Prof. Dr. Luiz Felipe Scabar  
Prof. Ivan Daliberto Frugoli

### **Material Didático – EaD**

Comissão editorial:

Dra. Angélica L. Carlini (UNIP)  
Dra. Divane Alves da Silva (UNIP)  
Dr. Ivan Dias da Motta (CESUMAR)  
Dra. Kátia Mosorov Alonso (UFMT)  
Dra. Valéria de Carvalho (UNIP)

Apoio:

Profa. Cláudia Regina Baptista – EaD  
Profa. Betisa Malaman – Comissão de Qualificação e Avaliação de Cursos

Projeto gráfico:

Prof. Alexandre Ponzetto

Revisão:

Cristina Alves Locatelli



# Sumário

## Relações Étnico–raciais e Afrodescendência

APRESENTAÇÃO .....	7
INTRODUÇÃO .....	7

### Unidade I

1 CONCEITOS INICIAIS: A QUESTÃO DE RAÇA E ETNIA.....	9
1.1 Raça .....	9
1.2 Etnia.....	11
2 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL .....	15
2.1 O racismo científico.....	15
2.2 O racismo à brasileira e o mito da democracia racial.....	17
2.3 Mas, afinal, o que é racismo? .....	20
2.3.1 Biologicamente, não existem "raças"; somos uma só raça humana .....	20
2.3.2 Raça é um conceito político.....	21
2.3.3 Os pressupostos do racismo .....	22
3 A CONDIÇÃO DOS AFRODESCENDENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	23
3.1 A questão da autoidentificação racial nos levantamentos brasileiros.....	23
3.2 Distribuição racial brasileira, desenvolvimento econômico e desigualdades no mercado de trabalho.....	25
3.3 Desigualdade racial no sistema educacional .....	33
3.4 A questão de gênero e a condição da mulher negra.....	37
4 MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS: É POSSÍVEL ACELERAR O PROCESSO DE MUDANÇA? .....	43
4.1 Movimentos negros na luta contra o racismo: para uma nova condição afrodescendente.....	43
4.2 A especificidade das ações afirmativas.....	47

### Unidade II

5 O ANTIRRACISMO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	55
5.1 A Carta Maior: a Constituição Brasileira de 1988.....	56
5.2 Estatutos específicos: o ECA e o Estatuto da Igualdade Racial.....	58
5.2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90.....	58
5.2.2 Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010 .....	59
5.3 Leis e diretrizes educacionais .....	61
5.3.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96.....	62

5.3.2 Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008.....	62
5.3.3 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana de 2004 – Parecer CNE 003/2004 .....	64
<b>6 AFRICANIDADES BRASILEIRAS E ALGUNS ASPECTOS DA HISTÓRIA</b>	
<b>AFRICANA DOS NEGROS NO BRASIL .....</b>	<b>66</b>
6.1 Pegando o “fio da história”: a África antes de 1500.....	67
6.2 Heranças coloniais africanas e a formação de um país chamado Brasil.....	70
6.3 Diáspora, travessia dos escravizados e o constrangimento de seres humanos à condição de objetos.....	73
6.4 Resistência negra e o movimento abolicionista: antes e depois da Lei Áurea.....	77
 <b>Unidade III</b>	
<b>7 A PEDAGOGIA DA EXCLUSÃO: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DO NEGRO NO BRASIL.....</b>	<b>86</b>
7.1 Imagens e representações do negro na literatura, na mídia e na escola: a trilha do círculo vicioso .....	86
7.2 O processo de construção da identidade na infância e na juventude: a igualdade jurídica em meio a uma sociedade hierárquica .....	91
<b>8 IDENTIDADE, INTERAÇÃO E DIVERSIDADE: POR UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ .....</b>	<b>95</b>
8.1 Diversidade, livro didático e currículo: desafios para a prática educativa .....	95
8.2 Escola e a promoção da igualdade racial: estratégias e possibilidades .....	99

## APRESENTAÇÃO

O(a) aluno(a) tem em mãos o livro-texto que servirá de base para seus estudos na disciplina Relações Étnico-raciais e Afrodescendência. Trata-se de uma oportunidade para que se conheça um pouco da formação racial de nosso país, seus problemas, preconceitos e estruturas autoritárias. E como não poderia deixar de ser, veremos o quanto estes assuntos estão diretamente ligados à prática em sala de aula e de que forma podemos nos comprometer com a promoção de iniciativas para a igualdade racial e o respeito às diferenças.

Nesse sentido, buscamos contribuir para a formação de uma consciência crítica em relação às questões étnico-raciais no Brasil; para o estudo das principais correntes teóricas brasileiras acerca do tema de africanidades e relações étnico-raciais, e para uma futura prática pedagógica de promoção da igualdade racial na escola e na comunidade.

A partir do contato com tais temas, espera-se que o aluno, por meio dessa disciplina, seja capaz de adotar uma postura crítica frente às diferenças culturais e étnicas, bem como interpretá-las e compreendê-las, minimizando a geração de preconceitos, etnocentrismos e todas as formas de discriminação. Também espera-se que, com esses estudos, o aluno consiga avaliar situações de conflitos interétnicos e promover ações que incentivem a igualdade e o respeito à diversidade no contexto escolar. Além disso, que ele possa compreender a relevância do papel da escola na promoção da igualdade racial, envolvendo-se pessoalmente nesse projeto.

## INTRODUÇÃO

Neste material, vamos procurar discutir questões bastante delicadas, especialmente para nós brasileiros, sobre as relações étnico-raciais no país, tocando em aspectos de um racismo que se apresenta de forma velada, escamoteada, nas entrelinhas dos discursos mais cotidianos, de nossas conversas e relações do dia a dia.

Para começar, é necessário refletir sobre as seguintes questões: negros e brancos são tratados igualmente em nossa sociedade? Negros e brancos possuem as mesmas oportunidades de acesso à educação, emprego, saúde e outros direitos sociais? Afinal, somos um povo racista ou não? Por que precisamos de uma lei que afirme que o "*racismo é crime inafiançável*?" E como podemos realizar uma educação das relações étnico-raciais?

Neste início de disciplina, vale esclarecer que o ano de 2011 foi definido como *Ano Internacional dos Afrodescendentes* pela Organização das Nações Unidas (ONU), fato amplamente divulgado pela grande mídia no final de 2010. Uma das intenções desse lançamento, segundo o secretário-geral da organização, Ban Ki-Moon, é a de despertar na comunidade internacional a necessidade de um empenho conjunto para garantir aos afrodescendentes direitos fundamentais como saúde e educação.



Figura 1

Com esse tipo de iniciativa, certamente o interesse pela questão das relações étnico-raciais e afrodescendência deverá aumentar consideravelmente, a começar pelos cursos (graduação) de formação de professores, que já estão colocando em prática a Lei Federal 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-brasileira*. Daí justifica-se o estudo dessa disciplina durante a formação acadêmica.

Foi possível perceber como questões complexas estão envolvidas nas relações étnico-raciais? Essa será nossa preocupação nesta disciplina: desvendar os porquês da permanência do racismo, suas causas e consequências, bem como as múltiplas implicações na promoção da igualdade racial na escola e na comunidade. Desejamos aos(as) alunos(as) excelentes momentos de estudo e crescimento.



# Unidade I

## 1 CONCEITOS INICIAIS: A QUESTÃO DE RAÇA E ETNIA

### 1.1 Raça

Se esta disciplina apresenta em seu título a expressão "relações étnico-raciais", precisamos primeiramente deixar claros dois conceitos essenciais para a compreensão de seu conteúdo: os conceitos de *raça* e de *etnia*. Começemos pelo primeiro.

Historicamente, desde o século XVI, o termo *raça* recebeu inúmeros tratamentos, reforçando preconceitos e discriminações pelo mundo afora. Por isso, é preciso desenvolver com calma esse conceito, a fim de se perceber como essa construção foi lenta, paulatina e extremamente "eficaz" ao longo de nossa trajetória histórica. Esse detalhamento será dado nos próximos tópicos, quando trataremos do racismo científico e do mito da democracia racial no Brasil.

Neste momento, nossa primeira abordagem sobre o termo *raça* deve enfatizar que não se trata de diferenciar biologicamente os seres humanos, uma vez que as vertentes teóricas construídas a partir do século XVI já foram superadas pela perspectiva de que somos uma só *raça* humana. Nossa constituição genética indica isso. Portanto, vamos deixar claro: não existem "raças humanas". Corroborando essa afirmação, Flores (2008, p. 24) escreve:

As mais recentes pesquisas dos especialistas no assunto, os geneticistas, demonstram que nos genes não se comprovam as teorias das raças humanas. A genética, com vigor para se tornar a principal ciência do século 21, tem afirmado que não há motivos para acreditar que a espécie à qual pertencemos, *Homo sapiens*, possa ser dividida em grupos biológicos distintos e separados. A diversidade biológica é, incomparavelmente, pequena quando analisada com as experiências e as situações ambientais e culturais. Por isso, quando afirmamos que as raças não existem, queremos chamar a atenção para o fato de que somos todos parentes e também somos todos diferentes.



#### Observação

Pense nessas perguntas, muito comuns entre alunos de graduação: "mas se as raças não existem, por que esta palavra continua a ser usada?"; "toda pessoa que utiliza o termo *raça* é racista?"; "os(as) ativistas antirracistas que usam este termo também são racistas?" Siga em frente com seus estudos e encontre as respostas.

Assim, a palavra *raça* será tomada aqui a partir de uma perspectiva sócio-histórica, segundo preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aprovadas em junho de 2004 pelo Ministério da Educação:

É importante destacar que se entende por *raça* a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de *raça* cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo *raça* é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira (Brasil, 2004).

Portanto, podemos assumir o uso do termo *raça* quando quisermos nos referir aos aspectos físicos (à aparência exterior herdada e transmitida hereditariamente), que mostram repercussões negativas nas relações entre brancos e negros, ou seja, quando for necessário demonstrar as tensões existentes a partir das diferenças na cor de pele, olhos, tipos de cabelo etc., a partir de um padrão estético branco e europeu, que estabelece também relações de dominação.



### Saiba mais

Se você quiser se aprofundar sobre as características físicas das pessoas e suas repercussões em suas relações sociais, sugerimos que faça uma pesquisa sobre os termos *fenótipo* e *genótipo*. no site: <<http://www.infoescola.com/genetica/fenotipo>>.

Complementando essa concepção, contemplamos também a problemática de *raça* sob uma perspectiva política, ou seja, a partir do uso que os movimentos negros fazem desse termo nas lutas contra o racismo e contra toda forma de discriminação. Veja o que diz a militante do movimento negro Nilma Bentes (*apud* MUNANGA e GOMES, 2006, p. 176):

[...] podemos compreender que a identificação de *raças* é, na realidade, uma construção social, política e cultural produzida no interior das relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significa, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as *raças*. Isso significa que, aprendemos a ser negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto dessas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. [...] É preciso, portanto, saber em que situação, por que, para que e por quem

está sendo utilizado o conceito *raça*, para distinguir seu significado. Temos que distinguir se a conotação empregada lhe atribui um caráter negativo e racista, ou se está sendo atribuído um caráter positivo para a compreensão da história e o reconhecimento da presença do negro em nossa sociedade.



### Lembrete

Aqui se encontra uma das respostas às perguntas feitas anteriormente: a utilização da palavra *raça* tem uma conotação política, visando enfatizar os aspectos negativos atribuídos a determinadas características fenotípicas, como cor dos olhos e da pele, e traços do rosto e dos cabelos, por exemplo.

Percebe-se que, aqui, a ênfase é dada nas circunstâncias em que o conceito *raça* é utilizado, se positiva ou negativamente, daí o uso político do termo pelo movimento negro para definir os anseios e lutas dos negros na sociedade brasileira. Dessa maneira, de forma corrente, a palavra *raça* acabou sendo fortemente associada aos negros no Brasil, a despeito da presença de outros grupos em nossa população. Isso mostra a apropriação política que o conceito acabou sofrendo pelo movimento negro brasileiro.



### Lembrete

Foi possível compreender porque a simples utilização da palavra "*raça*" não pode ser considerada de antemão uma atitude racista? Mas atenção, pois tudo depende da circunstância em que ela é usada.



### Saiba mais

Vale a pena ler o livro *O negro no Brasil de hoje*, de Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (Coleção Para Entender, Global Editora, 2006). O livro nos mostra de maneira didática como o negro, com suas especificidades e história próprias, deve ser visto e reconhecido hoje como parte integrante da sociedade e cultura brasileiras.

## 1.2 Etnia

O conceito de etnia tem recebido grande destaque na literatura disponível sobre as relações étnico-raciais no Brasil e é nele que vamos nos aprofundar agora.

Primeiramente, vale destacar que a palavra etnia pode ser empregada de maneira ampla e irrestrita, visto que não provoca o mesmo desconforto produzido pelas conotações físicas e pelos

pensamentos biologizantes do conceito de raça. Trata-se de uma concepção que compreende as relações sociais estabelecidas entre sujeitos que, entre outras coisas, se reconhecem possuidores de uma origem comum, em contraste com outros, integrantes de grupos diferentes, na sociedade abrangente. Vejamos o verbete "etnia" apresentado no *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais* (apud CASHMORE, 2000, p. 196):

Um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, pelo menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. Um grupo étnico não é mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou proximamente relacionadas por experiências compartilhadas.

Fica claro, portanto, que etnia implica, por um lado, posicionamento, pertencimento, opção, escolha, autodenominação do sujeito tendo por referência determinado grupo étnico. Nesse sentido, a atribuição de pertença de certa pessoa a determinado grupo étnico é, em primeiro lugar, endógena, ou seja, parte do próprio sujeito, devendo ser necessariamente a decisão de pertencimento dela, que se afirma como parte daquele grupo étnico. Entretanto, a definição da identidade étnica não é somente endógena, mas diz respeito também aos significados atribuídos por outros grupos, ou seja, também é exógena. Nesse sentido, afirmam Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 142) "É esta relação dialética entre as definições exógena e endógena da pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição".



### Observação

Sabendo que a definição da identidade étnica pode ser exógena ou endógena, você consegue diferenciar essas duas formas de identificação? Faça uma breve anotação pessoal a esse respeito visando reforçar seus estudos.

Ainda nesse contexto, vejamos como podemos associar o conceito de etnia ao conceito de etnicidade. De acordo com Eriksen (apud OLIVEIRA, 2006, p. 89):

[...] etnicidade é uma propriedade de uma formação social e um aspecto de interação; ambos níveis sistêmicos podem ser simultaneamente compreendidos. Secundariamente, diferenças étnicas envolvem diferenças culturais que possuem impacto comparativamente variável sobre a natureza das relações sociais.

Percebe-se então o caráter relacional do conceito de etnicidade, ou seja, é importante compreender como se dão as relações entre as pessoas no que tange às diferenças étnico-raciais. Além disso, essas diferenças demonstram também o aspecto contrastivo da etnicidade, no sentido

de que uma identidade étnica se constrói na oposição entre posições culturais. Essa é a *perspectiva política* do conceito de etnicidade, em que os agentes envolvidos investem-se de uma determinada identidade étnica a fim de se colocarem num jogo de forças e conquistas sociais, políticas, econômicas, legais etc.



### Observação

Para compreender a dimensão política do conceito de etnia, duas palavras-chave são importantes: o caráter *relacional* e *contrastivo*.

Conforme já citou-se anteriormente, quando o indivíduo se autorreconhece como pertencente àquele grupo étnico, essa escolha carrega conteúdos significativos definidos pelo sujeito a partir de suas experiências subjetivas, ou seja, suas práticas cotidianas. Assim, a etnicidade apresenta uma intencionalidade na prática do sujeito, segundo um caráter dinâmico e processual, não podendo ser definida de maneira estática ou definitiva, mas dependendo sempre das inter-relações entre os sujeitos envolvidos. De acordo com Flores (2008, p. 27),

[...] o sentimento de pertencimento a uma etnia pode ser expresso pela palavra etnicidade. As crenças em uma identidade comum, especialmente por parte dos grupos sociais que foram historicamente subordinados aos imperialismos universalistas (romano, europeu, norte-americano etc.).



### Observação

O pertencimento a um grupo étnico é sempre um *processo dinâmico*, nunca algo pronto ou definitivo.

Fica clara a definição de etnicidade como um *processo simbólico*, que adquire valores, conteúdos significativos e compartilhados, a partir das experiências e inter-relações experienciadas pelos sujeitos envolvidos.

Para que fique mais claro o que é exatamente esse processo simbólico, pense em tudo o que se experimenta, se sente e se aprende ao longo da vida. Cada uma dessas experiências recebe um determinado significado, dependendo do teor de tais vivências; se negativo, temos a tendência a esquecer ou desvalorizar; se positivo, vamos guardando como uma espécie de herança por toda nossa vida. Ao olharmos para trás, como uma retrospectiva, podemos avaliar aquilo que para nós é mais importante e significativo, bem como podemos trazer também marcas ou traumas das experiências negativas. Todo esse conteúdo significativo é legitimado e definido pelo que chamamos de *universo simbólico*, isto é, todas as regras, saberes, valores, crenças de determinada cultura, que se desdobram e se refletem diretamente na definição de nossa identidade cultural, ou seja, daquilo que nós somos ou desejamos ser.



### Observação

Por isso, alguns autores afirmam que o homem é um "animal simbólico", ou seja, que atribui valor e significado a todas as coisas e experiências que o cercam, relações e aprendizados que são a cada momento significados e ressignificados, valorizados ou desvalorizados, aprendidos ou esquecidos, guardados ou descartados. Esse é o processo simbólico do qual estamos tratando.

Por fim, vejamos um último aspecto da etnicidade, a saber, a questão do *realce*. Trata-se de uma apropriação de acordo com a situação na qual o sujeito encontra-se, e em relação a quem ele está posicionado. Mas não pense que, por causa dessa "elasticidade" da etnicidade, ela seja "falsa" ou "mentirosa". Para esclarecer essa questão, leiamos o que Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.166) dizem a respeito:

A noção de *saliência* ou *realce* [...] exprime a ideia de que a etnicidade é um modo de identificação em meio a possíveis outros: ela não remete a uma essência que se possua, mas a um conjunto de recursos disponíveis para a ação social. De acordo com as situações nas quais ele se localiza e as pessoas com quem interage, um indivíduo poderá assumir uma ou outra das identidades que lhes são disponíveis.

Foi possível perceber como se dá esse processo de *realce* na definição das identidades étnicas? É por meio dessa possibilidade que o sujeito pode manipular sua própria identidade, salientando os aspectos que lhe sejam mais vantajosos naquele contexto.



### Observação

Ainda de acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (*ibidem*), os principais aspectos que definem a identidade étnica são:

- **atribuição categorial:** os atores identificam-se ou são identificados pelos outros (endógena ou exógena);
- **dimensão relacional e de fronteira:** implica a dicotomia nós/eles (processo político);
- **origem comum:** intencionalidade dos atores em demonstrarem uma ancestralidade com o seu grupo étnico, através de símbolos identitários (processo simbólico);
- **realce ou saliência:** possibilidade de os sujeitos se posicionarem conforme a situação de interação social na qual se encontram (processo social).

## 2 RELAÇÕES ÉTNICO–RACIAIS NO BRASIL

### 2.1 O racismo científico

Vamos examinar agora a doutrina que passou a empregar o conceito de raça como base de justificação das desigualdades, bem como de naturalização das hierarquias sociais.

Foi no século XIX que a ciência, por meio da teoria positivista, produziu uma ampla explicação que colocava os seres humanos organizados hierarquicamente, partindo do princípio de que há diferenças entre as raças, que os posicionam naturalmente superiores uns aos outros. É importante frisar que a palavra "naturalmente" é tomada aqui no seu sentido mais estrito, trazendo para o plano da natureza a lógica e a organização dos grupos sociais. A esse respeito, afirmam Lima e Vala (2004, p. 402):

O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. Por exemplo, a cor da pele sendo negra (marca física externa) pode implicar a percepção do sujeito (indivíduo ou grupo) como preguiçoso, agressivo e alegre (marca cultural interna). É neste sentido que [...] o racismo é uma redução do cultural ao biológico, uma tentativa de fazer o primeiro depender do segundo.

Portanto, uma vez que a ciência passou a definir uma ordem natural da realidade social, todas as diferenças dos traços exteriores, como cor de pele, cabelo, fisionomia, serviriam a partir de então para colocar homens e mulheres "naturalmente" como superiores uns aos outros e, contra essa "verdade inquestionável", nada nem ninguém poderia se contrapor ou fazer algo a respeito.



#### Observação

Tente se lembrar de uma situação em que, em uma dada ordem social, algum aspecto acabou sendo tomado como "natural", ou seja, foi "naturalizado". Após a leitura deste conceito, você é capaz de diferenciar o que seria "natural" e o que seria "cultural" em nossa realidade?

Toda essa ideologia serviu para explicar, por exemplo, porque alguns indivíduos são pobres e outros ricos, a partir do raciocínio de que a uns são dadas qualidades e virtudes – que os colocam numa posição social privilegiada – e a outros, desprovidos dessas características, restam apenas as posições subalternas na hierarquia social.

A visão de que homens e mulheres são biologicamente diferentes, sendo os homens dotados de habilidades ligadas a força física, razão, e as mulheres, mais propensas a aspectos como sensibilidade,

emoção e acolhimento, apesar de não encontrar nenhuma comprovação científica, continua a habitar o mundo de muitas pessoas, talvez da maioria delas.



### Observação

Pense um pouco se você mesmo nunca se viu imaginando algo como "isso é coisa de mulher...", ou "os homens são todos iguais...". Perceba como é fácil cairmos em interpretações "naturalizantes", que trazem para o plano da "natureza" aspectos que são absolutamente socioculturais.

Da mesma forma, dividir e classificar os seres humanos em "raças" fazia parte de um projeto científico que tinha como missão justificar as diferenças sociais, escondendo suas causas reais e as relações de poder, estas sim determinantes, que configuravam as desigualdades sociais. Percebam que até o início do século XX, essas concepções científicas chamadas de "racialistas" foram utilizadas por grupos poderosos de países europeus para sustentar ideologicamente suas políticas racistas e de exclusão.

É o caso, por exemplo, do nazismo, que assumiu na Alemanha, em pleno século XX, concepções baseadas nessas "explicações científicas", que colocavam de um lado, os arianos, brancos, denominados "raça pura", detentores de características que os posicionavam hierarquicamente como superiores e capazes de dominar as demais "raças"; e de outro, os judeus, nesse caso, considerados como a "raça inferior", devendo serem exterminados. Para isso, os alemães, sob o comando de Adolf Hitler, utilizaram-se de toda sorte de tecnologias para o extermínio dos judeus, chegando a assassinar mais de seis milhões de pessoas em câmaras de gás, paredões de fuzilamento e outros recursos e técnicas não menos cruéis de extermínio em massa. Tudo isso, vale lembrar, legitimado por uma autoridade pretensamente científica.



### Lembrete

Vale lembrar que o nazismo, apesar de muito comentado, tendo em vista principalmente o seu impressionante poder de extermínio em massa, não é a única manifestação de racismo na história do século XX. Para aprofundar sua compreensão sobre este assunto, amplie suas leituras sobre os temas: xenofobia, políticas anti-imigração, fundamentalismo, terrorismo, conservadorismo, sexismo, homofobia, islamofobia, entre outros. Perceba que em todos esses assuntos, há um raciocínio comum: a justificativa para a discriminação ou a exclusão baseia-se sempre em características ou traços definidos pela natureza, seja em relação à nacionalidade, raça, sexo, religião ou orientação sexual.

É por isso que, neste tópico, enfatizamos a importante colaboração que a ciência teve no estabelecimento e manutenção de várias formas de racismo, inclusive contra os descendentes de africanos, que, ao serem escravizados, tiveram seu *status* social definido e justificado por explicações hierarquizantes que consideravam como inferiores pessoas de cor de pele mais escura, por exemplo.



Esse será o assunto da nossa próxima unidade. Por enquanto, basta compreendermos que a ciência foi utilizada para legitimar que diferenças sociais pudessem ser explicadas e justificadas por características naturais.



### Saiba mais

Em julho de 2011, assistimos a mais um massacre com motivações racistas, promovido por Andrew Behring Breivik, na Noruega. Um manifesto de 1516 páginas, cuja autoria foi atribuída a Andrew, traz várias referências ao Brasil e aos supostos problemas enfrentados por nós devido principalmente à nossa mistura de raças. Leia um trecho do manifesto publicado pelo Portal G1, em 25 de julho de 2011, disponível no *link*: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/07/mistura-de-racas-do-brasil-e-catastrofica-diz-texto-de-atirador-da-noruega.html>>. Portanto, não é exagero pensar que as tais teorias racialistas permanecem muito vivas atualmente, permeando o imaginário de grupos radicais espalhados pelo mundo, ideias estas que continuam a justificar ações violentas e extremistas por meio de um raciocínio eugenista (ou seja, de limpeza racial) e de supremacia branca e europeia.

## 2.2 O racismo à brasileira e o mito da democracia racial

O racismo que surge e se preserva na história do Brasil possui uma configuração muito própria, conforme veremos neste tópico. O fato de termos em nossa formação a presença inegável das chamadas "três raças" – o branco, o negro e o índio – produziu um sem-número de publicações que utilizaram positiva ou negativamente essa "mistura" como elemento constitutivo de nossa identidade nacional.



### Lembrete

Conforme já estudamos no primeiro tópico, geneticamente somos uma única raça humana. Por isso, quando falamos em "mistura das três raças", estamos tomando essa expressão de maneira crítica, visando mostrar um ponto de vista histórico de como o racismo se incorporou na cultura brasileira, tornando-se uma discriminação bastante dissimulada, conforme veremos a seguir.

Em primeiro lugar, tivemos uma vertente que poderíamos chamar de *negativa* sobre as relações raciais no Brasil: sob influência das teorias racialistas e do racismo científico europeu, a mistura de raças no país era vista no início do século XX como um elemento problemático que explicaria, inclusive, o porquê de nossas mazelas sociais, de nosso fracasso político e de nossa dependência econômica.



### Saiba mais

Como parte das teorias racialistas, vemos no Brasil uma grande influência de ideias "eugenistas". Este é mais um assunto que renderia uma longa pesquisa. Apenas para provocar o seu interesse, leia o artigo de Lilian de Lucca Torres (2008), disponível no *link*: <<http://n-a-u.org/pontourbe02/torres1.html>>. No texto, é possível perceber como a miscigenação, traço cultural e social do povo brasileiro, é tomada como elemento negativo da formação do Brasil, devendo ser "corrigida" por meio de políticas eugenistas, que incluíam ações de esterilização, eutanásia, segregação e restrição à imigração de pessoas pobres ou não brancas.

Entretanto, desde que Gilberto Freire, em 1933, escreveu com entusiasmo sobre as qualidades de um povo brasileiro miscigenado, misturado e mestiço, enfatizando a presença do negro e do índio em todos os aspectos da cultura brasileira, essa suposta "convivência harmoniosa" entre as três raças passou a habitar a ideologia corrente sobre o que se constituiria como a nossa identidade nacional. Assim, é a partir da publicação de *Casa-grande & senzala*, que o racismo no Brasil toma outra configuração: a visão quase romântica de Gilberto Freire trouxe os fundamentos do chamado "mito da democracia racial", apontando que, no Brasil, não teríamos nem a presença de conflitos raciais, tampouco de racismos, tendo em vista nossa longa história de "harmonia" entre as três raças. Essa tese acabou sendo fortalecida pelo argumento de que o convívio amistoso entre senhores e escravos (no caso, escravas) – que gerou uma população mestiça numerosa – era o símbolo de que, em nosso país, a convivência harmoniosa entre brancos e negros era um fato não só inquestionável, como também capaz de confirmar a suposta democracia racial na qual estávamos mergulhados.



### Observação

Você concorda que ainda vivemos no Brasil o chamado "mito da democracia racial"? Para que você não fique com nenhuma dúvida, esclarecemos: nas pesquisas de opinião, cada brasileiro costuma afirmar que "pessoalmente" não se considera racista, mas todos concordam que em nossa sociedade ainda há uma relação bastante desigual entre brancos e negros, fruto de um racismo evidente, porém não assumido, dissimulado e, o pior de tudo, negado cotidianamente.

O que estamos querendo mostrar, portanto, é que a nossa história de 500 anos de exploração e colonização não demonstra essa convivência "pacífica" entre brancos, negros e índios; ao contrário, sabemos quantos conflitos ocorreram e quantas crueldades foram cometidas pelos brancos colonizadores, principalmente por meio do extermínio dos índios e da escravização dos negros.

Aliás, Roberto DaMatta é um dos autores que nos chama a atenção para o nosso passado extremamente ambíguo, uma vez que vivíamos uma condição social fortemente hierarquizada e, ao mesmo tempo, precisávamos nos colocar no cenário internacional como uma nação dita moderna, democrática, de iguais. Voltaremos a essas questões históricas com maior cuidado na próxima unidade. Neste ponto da reflexão apresentada, queremos enfatizar o aspecto contraditório que até hoje não foi resolvido em nosso meio. A esse respeito, vejamos o que nos diz DaMatta (1987, p. 69):

Pode-se, pois, dizer que a "fábula das três raças" se constitui na mais poderosa força cultural do Brasil, permitindo pensar o país, integrar idealmente sua sociedade e individualizar sua cultura. Essa fábula hoje tem a força e o estatuto de uma ideologia dominante: um sistema totalizado de ideias que interpenetra a maioria dos domínios explicativos da cultura.

Portanto, durante muito tempo, negamos o racismo em nossa sociedade, apoiados nesses argumentos sobre a cordialidade do brasileiro e a fábula das três raças, atrasando, em muitas décadas, a inclusão de grupos excluídos ao longo de nossa história. Somente a partir do final dos anos 90 é que passamos a adotar medidas legais de ações afirmativas para acelerar o acesso de grupos afrodescendentes aos direitos sociais fundamentais.



### Saiba mais

Você pode se aprofundar no estudo sobre o *homem cordial* no livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda. Ao contrário do que parece, cordial aqui não é tomado como pacífico ou "educado", mas vem da palavra latina *cor, cordis*, que significa coração. Assim, a cordialidade do homem brasileiro significa que seus atos são pautados pelas emoções (e não pela razão), pela informalidade nas relações sociais (e não pela atitude formalista, respeitadora e zelosa perante a lei) e pela falta de limites entre o público e o privado (o que gera atitudes próximas ao que se denominou "o jeitinho brasileiro").

Sobre o "jeitinho brasileiro", inúmeras são as publicações a respeito, que procuram mostrar como as relações pessoais são mais decisivas em nossas ocorrências cotidianas do que a formalidade das leis universais. Para resolver nossos conflitos com a lei, sempre buscamos uma via intermediária, uma solução "mais ou menos", um "jeitinho". Seguem alguns títulos:

- *Carnavais, malandros e heróis* – Roberto DaMatta, Editora Rocco.
- *O que faz do Brasil, Brasil?* – Roberto DaMatta, Editora Rocco.
- *Dando um jeito no jeitinho: como ser ético sem deixar de ser brasileiro* – Lourenço Stelio Rega, Editora Mundo Cristão.

- *O jeitinho brasileiro* – Livia Barbosa, Elsevier Editora.
- *A filosofia do jeito: um modo brasileiro de pensar com o corpo* – Fernanda Carlos Borges, Editora Summus.

### 2.3 Mas, afinal, o que é racismo?

Já tratamos até aqui de diversos aspectos das relações étnico-raciais, sob os pontos de vista histórico, sociológico e antropológico. Gostaríamos, agora, de esclarecer aspectos pontuais importantes para continuarmos nossos estudos.

#### 2.3.1 Biologicamente, não existem “raças”; somos uma só raça humana

Os estudos mais recentes da genética já mostraram, desde o século XX, que não podemos dividir os seres humanos em raças de acordo com cor de pele, tipo de cabelo, altura e outras características exteriores. Tais diferenças não servem para classificarmo-nos, como fazem os biólogos com espécies animais. A esse respeito, afirma Munanga (2003, p. 2):

Como homens, pertencemos ao filo dos cordados, ao subfilo dos vertebrados (como os peixes), à classe dos mamíferos (como as baleias), à ordem dos primatas (como os grandes símios) e à espécie humana (*homo sapiens*), como todos os homens e todas as mulheres que habitam nossa galáxia. Somos espécie humana porque formamos um conjunto de seres, homens e mulheres capazes de constituir casais fecundos, isto é, capazes de procriar, de gerar outros machos e outras fêmeas. [...] [Portanto,] biológica e cientificamente, as raças não existem. A invalidação científica do conceito de raça não significa que todos os indivíduos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças.



Figura 2

Perceba que não se trata de negar nossas *diferenças*, afinal, cada ser humano é *único* em todos os aspectos de sua existência, mas, ainda assim, pertencente à *raça humana*. Como sugere Lilia Schwarcz

(1997, p. 43), "talvez fosse melhor fazer coro com Lévi-Strauss e concluir que o grande desafio continua sendo o de 'diferenciar, sim, mas sem hierarquizar.'" Afinal, somos todos iguais, porém diferentes. E esta afirmação passa a fazer um novo sentido para quem estuda as questões étnico-raciais, não mais figurando como uma simples contradição, mas como uma nova forma de compreender as relações humanas.



### Saiba mais

Uma pesquisa, bastante relevante na área de genética, e amplamente noticiada em grandes veículos de comunicação, foi a dos pesquisadores Sérgio Danilo Pena, da UFMG e Maria Cátira Bortolini, da UFRS, que procura investigar nossas diferenças genéticas em relação à porcentagem de herança quanto a nossas origens ameríndia, africana e europeia. Desta vez, consulte a segunda parte do artigo de Lilian de Lucca Torres (2008), disponível no *link*: <<http://n-a-u.org/pontourbe02/torres2.html>>.

Perceba que a pesquisa serve como suporte para questionarmos conceituações baseadas apenas na cor da pele, o que significa que ela não pode ser tomada como sinal da herança racial de um indivíduo, representando somente uma característica exterior; porém, geneticamente, os brasileiros são muito parecidos em sua ancestralidade ameríndia, africana e europeia, sempre demonstrando o resultado da miscigenação vivida ao longo de nossa história nos últimos 500 anos. Para compreender melhor o teor da pesquisa, leia também a matéria publicada num grande portal de notícias, o Folha.com, em 18 de fevereiro de 2011, disponível no *link*: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/877676-dna-de-negros-e-pardos-do-brasil-e-60-a-80-europeu.shtml>>.

Apesar das informações publicadas pela Folha.com mostrarem apenas um breve resumo da complexidade dessa pesquisa, para nós, parece ficar evidente a tese de que afinal "somos uma única raça humana". Você concorda? O artigo completo publicado em inglês encontra-se disponível no *link*: <<http://www.plosone.org/article/info:doi/10.1371/journal.pone.0017063>>.

### 2.3.2 Raça é um conceito político

Conforme já tratamos anteriormente, precisamos reforçar que raça é, portanto, um conceito *político*, tomado por grupos étnico-raciais para fortalecer seus direitos e favorecer o processo de inclusão e de acesso a direitos fundamentais desses grupos. Importa entendermos o uso político que esses grupos sociais fazem do termo "raça", a circunstância em que é aplicado, não para dividir ou cindir a sociedade em grupos estanques, mas para, assumindo as diferenças, garantir a igualdade de direitos para todos.

Negar as diferenças étnico-raciais conforme vimos no tópico sobre o mito da democracia racial, não é a solução. É necessário, entretanto, que esses grupos desfavorecidos, tanto social quanto economicamente, afirmem suas *diferenças* e *especificidades* étnico-culturais. E na diferença, assumirmos que as oportunidades não são as mesmas para todos e que tal condição injusta precisa ser corrigida, por força da lei, dos movimentos sociais e da mudança de mentalidades e comportamentos.

### 2.3.3 Os pressupostos do racismo

Para resumir as explicações dadas até aqui, falaremos de cinco principais pressupostos do racismo, ou seja, perspectivas, pensamentos e atitudes, muitas vezes inconscientes, que mantêm intactas as estruturas de desigualdades sociais e econômicas para brancos e negros no Brasil:

- **hierarquização:** a doutrina racista que prevê "a existência de raças humanas, com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais" (GUIMARÃES, 2004, p. 17);
- **inferiorização:** uma vez que os seres humanos são colocados num gradiente hierárquico, consequentemente, uns serão considerados superiores aos outros, criando por conseguinte a inferiorização de certos grupos. Nesse sentido, pessoas que consideram os negros como feios, menos inteligentes ou menos trabalhadores, podem ser chamadas de racistas;
- **preconceito:** o movimento de inferiorizar grupos de pessoas traz uma concepção preconceituosa de mundo. Guimarães (*idem*) afirma que o preconceito é "um simples sistema difuso de predisposições [internas], de crenças e de expectativas de ação que não estão formalizadas ou expressas logicamente" (p. 17). Portanto, o preconceito muitas vezes está na cabeça das pessoas, mas não necessariamente se manifesta em atitudes concretas, estas chamadas de *discriminação*. Assim, pode-se perfeitamente imaginar que uma pessoa preconceituosa refreie-se de cometer práticas discriminatórias em relação aos negros, ou não queira expressar publicamente seus pensamentos racistas, devido à pressão social que possa existir a esse respeito;
- **discriminação:** são atitudes ou ações individuais concretas que diferenciam grupos ou pessoas segundo critérios raciais. Quando convicções preconceituosas são expressas publicamente, podem ser consideradas como discriminação;
- **desigualdade:** para concluir essas considerações, segundo Guimarães (*idem*, p. 18), também pode ser considerado como racismo:

o sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura de uma sociedade, que podem ser verificadas apenas estatisticamente através da estrutura de desigualdades raciais, seja na educação, na saúde pública, no emprego, na renda, na moradia etc.

Com base nessa afirmação, precisamos compreender de uma vez por todas que o estado de desigualdade social em que se encontra a população negra no Brasil é uma demonstração evidente do racismo ainda vigente em nossa sociedade. Para nos aprofundarmos nessa questão, vamos passar a analisar a partir de agora as estatísticas brasileiras que mostram o *status* social em que os negros se

encontram em nosso país, dados esses que tornarão mais clara nossa compreensão acerca do racismo inegável presente na sociedade brasileira contemporânea.

## 3 A CONDIÇÃO DOS AFRODESCENDENTES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Os dados do censo 2010, publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a população brasileira já atinge a soma de 185.712.713 habitantes. Entretanto, quando o assunto é a igualdade social entre brancos e negros, os números são bastante desoladores e mostram que o país ainda precisa melhorar muito no que tange à distribuição equitativa de direitos e oportunidades.

Neste tópico, procuraremos trabalhar esses dados, alguns de maneira mais detida, a fim de confirmar a tese que estamos defendendo neste livro-texto: a de que o racismo é um traço perverso no tecido social brasileiro, demonstrado e confirmado pelos levantamentos estatísticos oficiais.

### 3.1 A questão da autoidentificação racial nos levantamentos brasileiros

Em primeiro lugar, vamos fazer um percurso histórico pelos censos realizados no Brasil. Esses dados são produzidos pelo IBGE e levantados a cada dez anos, oficialmente, desde 1937, a partir da Lei nº 5534/68, que passou a obrigar a população a prestar informações ao censo, bem como assegurou o sigilo destas.

Por tratar-se de um levantamento completo sobre a família brasileira, o censo é um importante recurso gerador de subsídios para a elaboração de políticas públicas voltadas para o propósito de encontrar as melhores soluções para nossos principais problemas sociais. Entretanto, é importante discutirmos as dificuldades que estão por trás da autodenominação de cor/raça nos levantamentos censitários brasileiros, visto que é o próprio entrevistado quem declara sua cor, escolhendo entre branco, preto, pardo, amarelo ou indígena. São considerados negros os entrevistados que se denominam pretos e pardos.

A característica cor/raça nem sempre esteve dessa forma presente nos censos do Brasil. No primeiro censo de 1872 e no de 1890, o quesito "raça" era incorporado, contudo, como forma de separar a sociedade entre livres, escravos e libertos. Em 1900 e 1920, havia sido suprimido, retornando em 1940, agora sobre a ideia de cor. Em 1970, o quesito cor é retirado e, em 1980, retorna a compor os questionários. Em 1991, o quesito cor é reafirmado [...]. No censo 2000, cor e raça são colocadas como sinônimos (BAMIDELÊ, 2010).



#### Saiba mais

Oracy Nogueira (1955) foi um importante sociólogo brasileiro, que estudou com muita originalidade a relação étnico-racial brasileira. Em sua histórica apresentação no *Simpósio Etno-sociológico sobre Comunidades*



*Humanas no Brasil*, dentro da programação do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em agosto de 1954, em São Paulo, Nogueira distinguiu duas formas de preconceito racial: *preconceito racial de marca* e *preconceito racial de origem*, título de seu artigo publicado no ano seguinte nos anais do congresso, diferenciando as manifestações de preconceito racial no Brasil (definido primordialmente pelo quesito cor, ou "marca") e nos Estados Unidos (marcado pela questão da origem, ou descendência). Esta é uma definição clássica na sociologia das relações étnicas no Brasil. A íntegra do artigo está publicada na revista *Tempo Social* (NOGUEIRA, 2007), disponível no link: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/tempo-social/pdf/vol19n1/v19n1a15.pdf>>.

Entretanto, é importante que se diga que este sistema de classificação racial no Brasil é bastante controverso, e gerou um sem número de debates e publicações acadêmicas a respeito. As discussões giram em torno do fato de que, aqui, essa autodenominação se dá por elementos da aparência (conforme primeiro estudo de Oracy Nogueira de 1955, em que ele denomina o "preconceito de marca" como traço mais marcante das relações étnico-raciais na sociedade brasileira), como cor da pele e traços corporais (formato do nariz, lábios, tipo e cor de cabelo), o que sem dúvida possibilita inúmeras interpretações e classificações. (ROCHA & ROSEMBERG, 2007)

Apenas para servir como exemplo, vejamos uma pesquisa realizada por Lilia M. Schwarcz (2001), em que ela analisa o levantamento de 1976 do IBGE, no qual segmentos da população brasileira autoatribuíram-se sendo de 136 cores diferentes, como por exemplo: "moreno claro", "moreno escuro", "mulato", "café-com-leite", apenas para citar as mais comuns. Sendo assim, a pesquisa foi importante para demonstrar que as múltiplas representações do brasileiro em relação à sua cor, baseadas em aspectos de sua aparência, tornam esta classificação bastante imprecisa nos levantamentos oficiais realizados pelo IBGE.

Portanto, depois dessas breves explicações iniciais, foi possível perceber que a questão de cor/raça nos levantamentos censitários não é tão simples como parece? Por conta disso, muitas campanhas foram promovidas por organizações do movimento negro, visando a incentivar a população negra a se autoidentificar desta forma, tendo em vista a valorização da diversidade étnico-racial brasileira, o combate do mito da democracia racial (conforme já tratamos no tópico anterior) e a desconstrução, assim, "das bases constitutivas do racismo", conforme declaração feita pela Organização de Mulheres Negras da Paraíba (BAMIDELÊ, 2010):

A importância de afirmação da identidade étnico-racial tem um sentido político, histórico e valorativo, uma vez que, fazendo parte de uma luta política, contribui para a desconstrução das bases constitutivas do racismo, mantenedora de uma cultura escravagista e colonialista de formação da sociedade brasileira. Reconhecer a heterogeneidade da população brasileira é valorizar uma cultura de respeito à diversidade, assim como reconhecer as particularidades de sua população, de forma a garantir direitos historicamente negados com a formulação de ações afirmativas.



No censo de 1990, foi realizada a campanha "Não deixe sua cor passar em branco", que procurou afirmar a importância da ressignificação positiva da autodenominação de cor/raça. Para o censo de 2010, a organização Bamidelê divulgou em seu *site* a seguinte campanha: "Censo 2010 – Afirme sua Negritude – moren@ não, eu sou negr@!". Acreditando na força da mídia eletrônica para a formação da opinião pública, a Bamidelê buscou fortalecer a identidade negra por meio da autodenominação de raça/cor de forma consciente.

Esta não é obviamente a única organização a promover campanhas como essa e apresentamos aqui somente um exemplo, para que se desperte para a importância desses movimentos. Se forem digitadas as palavras "movimento negro ONG" num *site* de busca da internet, será possível encontrar milhares de organizações mobilizadas pelo mundo todo.



### Saiba mais

Procure saber sobre a campanha "Onde você guarda o seu racismo?", que reúne mais de quarenta organizações não governamentais no *link*: <<http://www.dialogoscontraoracismo.org.br>>. Consulte o menu principal e procure entender qual é o objetivo da campanha e de que forma o movimento procura atuar. Amplie sua pesquisa e verifique que inúmeros grupos e campanhas estão espalhados pela rede. Pesquise um pouco mais sobre o assunto e tire suas conclusões: afinal, qual é a importância da organização e mobilização da sociedade civil na luta pela igualdade racial no Brasil?

### 3.2 Distribuição racial brasileira, desenvolvimento econômico e desigualdades no mercado de trabalho

Além do levantamento de dados feito pelo censo, que faz visitas a todos os domicílios brasileiros a cada dez anos, temos também disponíveis nas bases de dados do IBGE as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que anualmente seleciona apenas uma amostra dos domicílios brasileiros para um levantamento parcial, que, por critérios estatísticos, traz uma visão bastante representativa de nosso país. A partir daqui, vamos fazer uma ampla análise dos dados da PNAD referentes ao ano de 2009.

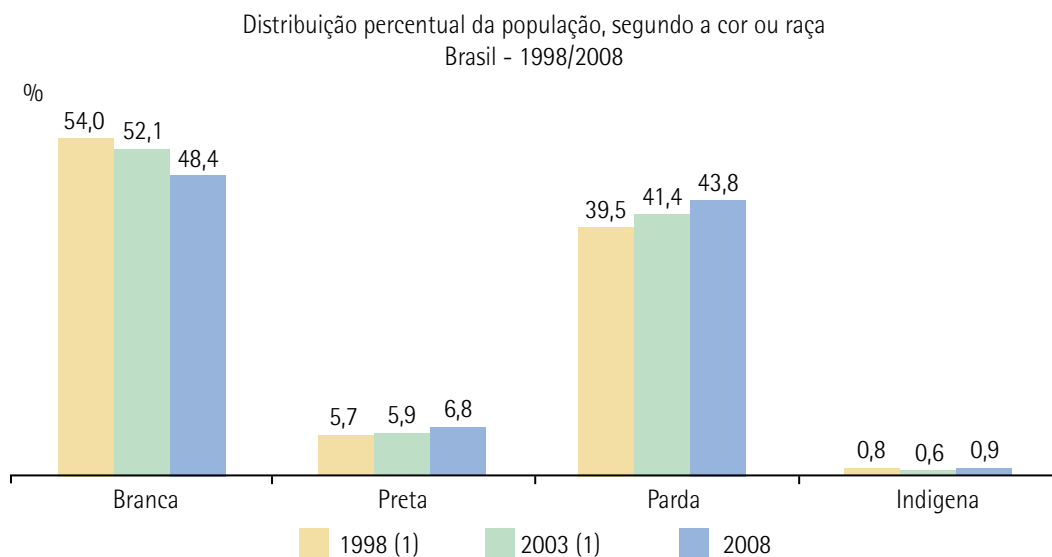


### Observação

Segundo dados publicados no *site* do IBGE, no censo de 2010 foram recenseados 67,5 milhões de domicílios. Isso significa que os 191 mil recenseadores visitaram o número total de domicílios brasileiros. Desse total, foram realizadas 56,5 milhões de entrevistas (83,7% dos domicílios). Os domicílios não entrevistados, que representam portanto 16,3% do total, são compostos por:

- **imóveis fechados**, mas com evidências de que existem moradores (899 mil domicílios, representando 1,3% do total);
- **domicílios vagos**, ou seja, sem moradores na data da visita pelos recenseadores (6,1 milhões de domicílios, somando 9,0% do total);
- **domicílios de uso ocasional**, que somaram 3,9 milhões (5,8%);
- **domicílios coletivos**, como hotéis, pensões, presídios, quartéis, postos militares, orfanatos, conventos etc., cujo número foi de 110 mil (0,1%).<sup>1</sup>

Em primeiro lugar, é interessante observar que, segundo dados publicados pelo IBGE sobre o levantamento de 2008 da PNAD, a proporção de brasileiros que se declararam pretos e pardos cresceu em relação aos anos anteriores.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1998/2008  
(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Figura 3

Essa pesquisa demonstra que o número de pretos e pardos cresceu de um ano para o outro, chegando, em números absolutos, a um aumento de mais de um milhão de pessoas por ano. Por outro lado, o número de brancos, amarelos e indígenas diminuiu. O que isso significa? Que, na verdade, o que aumentou foi o número de pessoas que se autodenominaram pretos e pardos, indicando que as campanhas das quais falamos no início deste tópico podem, de fato, ter trazido resultados diretos sobre os dados levantados pelo IBGE.

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1866&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1)>.

Acesso em: 25 set. 2011.

Outro aspecto interessante a ser notado é que os negros já são maioria no Brasil, visto que a soma de pretos e pardos totalizou, em 2008, 51,1% da população brasileira. É possível perceber mais nitidamente essa constatação a partir do gráfico a seguir:

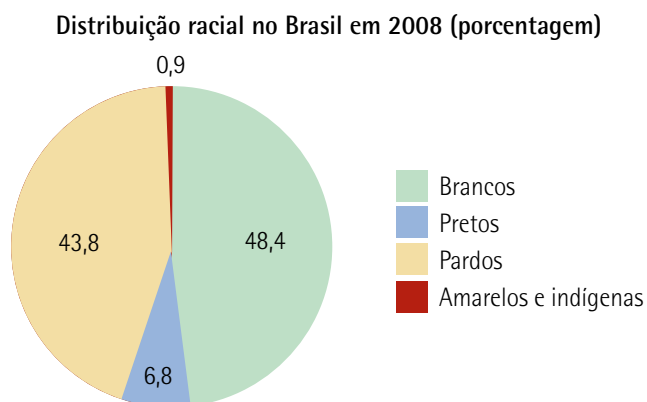
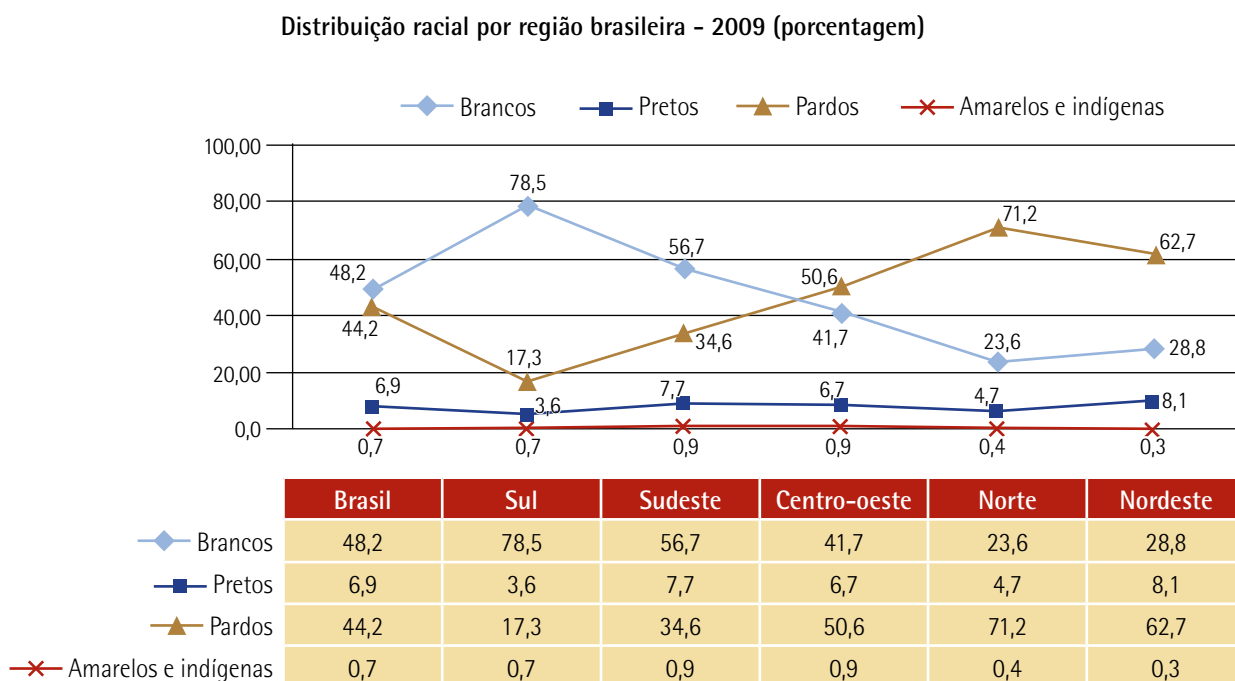


Figura 4

Entretanto, quando verificamos a distribuição racial entre as diferentes regiões do Brasil, os dados nos mostram que os negros se concentram nas regiões mais pobres e menos desenvolvidas social e economicamente, como Norte e Nordeste. Já nas regiões Sul e Sudeste, onde as condições de vida são melhores e o desenvolvimento econômico é mais elevado, a maioria da população é branca, contrariando os dados nacionais, segundo os quais os brancos não chegam a 49% da população.



Quadro 1

Perceba como uma simples tabela ou um gráfico pode nos trazer tantas verdades sobre o Brasil: a população autodenominada branca pode variar de 78,5% na região Sul a 23,6% na região Norte, uma diferença enorme, portanto. Já a população parda que se concentra na região Norte, com 71,2%, se

reduz a 17,3% na região Sul, numa inversão quase direta entre brancos e pardos nas regiões Norte e Sul do país.



## Lembrete

Você pode fazer outras tantas interpretações sobre os dados discutidos. Tente relacionar esses aspectos à sua realidade: em sua região, qual é a distribuição racial em comparação aos dados brasileiros? Há mais brancos ou pardos? E como é o desenvolvimento econômico de sua região em relação ao restante do país?

A fim de ampliar nossa compreensão sobre população, raça e desenvolvimento no Brasil, daremos continuidade às análises dos dados do IBGE, tratando a seguir do desenvolvimento econômico e das diferenças no mercado de trabalho entre brancos e negros.

Se quisermos entender como é gerada a riqueza no país, devemos observar, em primeiro lugar, que o produto interno bruto (PIB) é produzido diferentemente em cada região, sendo as mais ricas o Sul e o Sudeste, responsáveis por 72,5% de toda a produção econômica brasileira. O PIB é o total de riquezas produzidas em um país por todos os setores da economia. Observe o que nos mostra a tabela 1 a seguir:

**Participação percentual das Grandes Regiões no Produto Interno Bruto  
2002 – 2008**

Grandes Regiões	Participação percentual no Produto Interno Bruto (%)						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6
Centro-oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa

Tabela 1

Como a variação de um ano para outro não é significativa, podemos comparar esses dados aos apresentados no item anterior, que trouxe o levantamento de 2009, segundo amostra de domicílios brasileiros. Assim, é possível fundamentar melhor as ideias que estávamos construindo anteriormente e agora você já pode confirmar qual é a participação de sua região na produção econômica do país e comparar como a distribuição racial é desigual em cada uma dessas regiões.

Além do PIB, para termos uma noção do nível de desenvolvimento econômico de um país, também devemos observar de que forma essa riqueza é distribuída entre a população. Esse é o cálculo feito

para se obter a renda *per capita*, ou seja, dividindo-se o PIB pelo número total de habitantes. *Per capita* significa *por cabeça* e portanto, essa é uma forma aproximada de sabermos quanto cada pessoa ganha por ano, o que, obviamente, pode variar bastante de região para região, conforme cada participação no PIB, assim como verificamos na tabela 2 a seguir:

**Produto interno bruto *per capita* (em R\$) por regiões brasileiras – 2008**

Brasil	15.989,75
Sul	18.257,79
Sudeste	21.182,68
Centro-oeste	20.372,10
Norte	10.216,43
Nordeste	7.487,43

Tabela 2

Para que se compreenda melhor a tabela 2, façamos algumas considerações: primeiro, pode-se verificar que, de fato, os estados mais ricos do Brasil estão localizados nas regiões Sul e Sudeste. No Centro-oeste, o que "puxa" a renda *per capita* para cima é o Distrito Federal, onde a renda anual eleva-se para R\$45.977,59 por habitante, valor muito superior ao restante do país; nos demais estados dessa região, a renda *per capita* é menor do que a média brasileira, que é de R\$15.989,75, conforme o mesmo levantamento de dados do IBGE.



### Observação

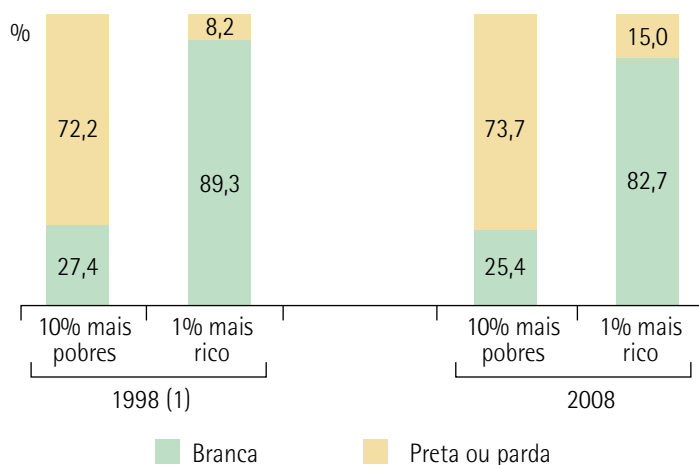
Faça uma revisão dos dados apresentados no item anterior (sobre a distribuição racial nas diferentes regiões brasileiras) e verifique que, nas regiões mais pobres, está a maior concentração de pretos e pardos. Cruzando dados geográficos e econômicos, percebe-se que os negros encontram-se em extrema desvantagem em relação aos brancos (lembrando que fazem parte do grupo denominado de negros todos os brasileiros autodenominados pretos e pardos).

Vamos aprofundar essa investigação, verificando agora como se dá a distribuição de renda entre brancos e negros, de acordo com dados do IBGE (2009, p. 187):

Comparando a participação relativa dos brancos e de pretos e pardos, na apropriação do rendimento total das famílias, observa-se uma situação indiscutivelmente mais favorável aos brancos. Entre os 10,0% mais pobres, 25,4% se declararam brancos, enquanto 73,7% eram pretos e pardos. Essa relação se inverte entre o 1,0% mais rico: 82,7% eram pessoas brancas e apenas 15,0% eram de cor preta e parda. Vale a pena registrar que em 1998, entre o 1,0% mais rico, a proporção dos que se declararam pretos e pardos eram muito menor (8,2%).

Esses dados impressionam por registrarem uma enorme desigualdade na distribuição da riqueza produzida no Brasil entre brancos e negros. Apesar dos avanços nos índices, se comparados com os dados de dez anos atrás, a distância ditada pela diferença de cor/raça ainda é uma marca no quadro de desigualdade social em nosso país. O gráfico a seguir deixa as informações anteriores ainda mais claras:

**Distribuição do rendimento familiar *per capita* das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, entre os 10% mais pobres e o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça – Brasil – 1998/2008**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1998/2008.  
(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Figura 5

Além de a parcela preta e parda ser a maioria entre os 10% mais pobres da população do Brasil, ela é minoria no topo da pirâmide social, ou seja, entre aqueles tidos como 1% mais rico da população: desse minúsculo segmento populacional, apenas 15% são negros. Tais dados deixam claro, portanto, que a pirâmide social brasileira apresenta cor claramente demarcada entre brancos e negros, infelizmente. Mais uma vez, estamos verificando o "racismo à brasileira": apesar dele ser negado nos discursos e nas conversas do nosso dia a dia (que reforçam o mito da democracia racial), ele fica evidente a cada levantamento estatístico, em que podemos comprovar múltiplas formas de discriminação e desigualdade às quais pretos e pardos estão sujeitos em nosso país.

Vale ressaltar também que as diferenças no mercado de trabalho se revelam nos salários pagos a trabalhadores com o mesmo grau de escolaridade, segundo os dados destacados nesta parte do texto. Negros, mesmo quando estudaram o mesmo número de anos que brancos, ganham em média 20% a menos, em qualquer nível de escolaridade ou posição hierárquica que seja.

Outro aspecto bastante relevante nessa análise sobre raça e mercado de trabalho é o fato de que, na maioria das empresas, existe uma espécie de "teto de vidro", que impede que negros ocupem os cargos mais altos nas organizações.

O Instituto Ethos publicou em novembro de 2010 os resultados da pesquisa *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*, realizada desde 2001 e que "busca

# RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AFRODESCENDÊNCIA

traçar o perfil dos funcionários e dirigentes das maiores empresas que atuam no país, observando sua representação em todos os níveis hierárquicos" (INSTITUTO ETHOS, 2010, p. 5). Na parte em que analisam a questão cor/raça, um quadro nos dá a exata dimensão do que estamos tentando dizer. Observe a composição dos cargos mais altos nas 500 maiores empresas do Brasil e em seguida, a representatividade de negros no quadro geral de funcionários dessas organizações:

Composição por cor ou raça							
Pesquisa 2010		Comparação 2001/2003/2005/2007/2010					
Executivo	<p>5,3% Negros 0,2% Pretos 5,1% Pardos 1,4% Amarelos 93,3% Brancos</p>		2001	2003	2005	2007	2010
		Brancos	95,2%	96,5%	94,4%	94,0%	93,3%
		Negros*	2,6%	1,8%	3,4%	3,5%	5,3%
		Amarelos	2,0%	1,7%	2,2%	2,1%	1,4%
		Indígenas	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
* A Classificação "negros" reúne "pretos" e "pardos"							
Gerência	<p>1,9% Amarelos 0,2% Indígenas 13,2% Negros 1,6% Pretos 11,6% Pardos 84,7% Brancos</p>		2003	2005	2007	2010	
		Brancos	89,0%	89,0%	81,0%	84,7%	
		Negros	8,8%	9,0%	17,0%	13,2%	
		Amarelos	2,1%	1,9%	1,8%	1,9%	
		Indígenas	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	
Supervisão	<p>1,3% Amarelos 0,1% Indígenas 25,6% Negros 3,1% Pretos 22,5% Pardos 73,0% Brancos</p>		2003	2005	2007	2010	
		Brancos	84,2%	84,1%	80,1%	73,0%	
		Negros	13,5%	13,5%	17,4%	25,6%	
		Amarelos	2,2%	2,3%	2,3%	1,3%	
		Indígenas	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	
Quadro funcional	<p>1,3% Amarelos 0,3% Indígenas 31,1% Negros 7,1% Pretos 24,0% Pardos 67,3% Brancos</p>		2003	2005	2007	2010	
		Brancos	74,6%	68,7%	73,0%	67,3%	
		Negros	23,4%	26,4%	25,1%	31,1%	
		Amarelos	1,8%	4,2%	1,4%	1,3%	
		Indígenas	0,2%	0,7%	0,5%	0,3%	

Quadro 2<sup>2</sup>

Apesar de a população negra compor mais de 50% da população brasileira, conforme já analisamos exaustivamente neste livro-texto, perceba que a representatividade dos negros nessas grandes empresas

<sup>2</sup>INSTITUTO ETHOS (2010)

brasileiras é muito pequena e, quanto mais alta a hierarquia, menor é a presença deles, chegando a pouco mais de 5% entre os executivos que comandam tais organizações, muito longe, portanto, da proporção de negros na população nacional.



Figura 6

A análise comparativa dos resultados de 2001 a 2010 também é um fator importante para compreendermos a fundo essa questão. Em dez anos, houve certamente avanços na inclusão de negros na sociedade brasileira e disso trataremos especificamente quando abordarmos as ações afirmativas. Entretanto, os números que se apresentam, apesar do leve crescimento da participação dos negros nas grandes empresas e nos cargos de liderança, não são de modo algum condizentes com as demandas sociais que encontramos no Brasil. Fica claro, portanto, que todas as condições de desigualdade às quais os negros estão sujeitos em nosso país demandam uma atuação mais efetiva por parte dos órgãos governamentais e também da iniciativa privada, visando a favorecer a inclusão desse segmento social, que já pagou tão caro por séculos de exclusão e racismo ao longo de nossa história.



### Saiba mais

Foi possível perceber o que é o "teto de vidro" do qual falamos anteriormente? Sugerimos que o aluno aprofunde sua pesquisa sobre esse assunto, consultando a íntegra do relatório do Instituto Ethos sobre o *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas – Pesquisa 2010*, disponível em: <[http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-eb4Perfil\\_2010.pdf](http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-eb4Perfil_2010.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2011.

Investigue e responda: qual é a percepção dos presidentes das empresas sobre a presença do negro em seu quadro funcional? Quais são as três justificativas que eles apresentam para justificar o fato de a proporção de negros em seu quadro de trabalhadores ser menor do que o esperado?

E você? Concorde com as explicações dadas pelos presidentes? Tire suas próprias conclusões a respeito.



## 3.3 Desigualdade racial no sistema educacional

Todos os dados apresentados até este ponto estão diretamente ligados ao acesso à educação, assunto deste subtópico. Como futuro educador e, portanto, uma pessoa interessada em questões educacionais, você provavelmente já se perguntou por que os índices relativos à educação em nosso país são tão desfavoráveis? Apresentaremos agora um panorama recente da educação no Brasil, especialmente sob a perspectiva de cor/raça, conforme interesse de nossa disciplina.

O primeiro traço da educação brasileira é o elevado analfabetismo ainda presente nas últimas pesquisas do IBGE, conforme a PNAD 2009.

De acordo com [esses] dados [...] a taxa de analfabetismo entre negros e pardos, a partir de 15 anos de idade, é de 13,3% para os negros e de 13,4% para os pardos. Entre os brancos, esse número fica em 5,9%. A população branca de 15 anos ou mais tem, em média, 8,4 anos de estudo. Enquanto entre negros e pardos a média é de 6,7 anos.<sup>3</sup>

Mais uma vez, observamos claramente que o acesso aos direitos mais fundamentais, como a educação, ainda se apresenta como uma barreira para os negros (tabela 3). Brancos estudam em média um ano e sete meses a mais do que pretos e pardos, e o analfabetismo entre os negros é mais que o dobro do observado entre os brancos. Tais diferenças acabam se desdobrando em desigualdades no mercado de trabalho, no acesso aos melhores empregos, em melhores salários e, portanto, nas condições de vida da população negra no Brasil, conforme já procuramos mostrar neste tópico.

Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas									
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)								
		Grupos de idade						Cor ou raça		
		Total	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	Total (1)	Branca	Preta ou parda
Brasil	14247	100,0	5,1	17,9	35,8	9,8	31,5	100,0	31,0	67,8
Norte	1128	100,0	6,8	19,6	37,5	9,9	26,3	100,0	16,3	81,9
Nordeste	7500	100,0	5,9	21,2	37,1	8,9	26,8	100,0	23,4	75,8
Sudeste	3620	100,0	3,6	13,1	32,9	10,8	39,6	100,0	42,1	56,4
Sul	1159	100,0	3,9	12,1	33,1	12,5	38,5	100,0	60,8	37,2
Centro-oeste	840	100,0	3,5	13,8	37,1	10,1	35,5	100,0	29,2	68,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Tabela 3

<sup>3</sup>Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,analfabetismo-entre-negros-e-mais-do-dobro-que-entre-brancos,611316,0.htm>>. Acesso em 25 jul. 2011

Nessa tabela, as diferenças regionais se mantêm no quesito analfabetismo: nas regiões mais pobres do Brasil, o número é maior; e em todas as regiões, a diferença entre brancos e negros analfabetos é, mais uma vez, marcadamente desfavorável à população afrodescendente.

Quando falamos de educação, é preciso pensar não somente no acesso a esse direito social, mas também num outro aspecto complicador: a *qualidade do ensino* oferecido à população. Muitos são os fatores que poderíamos elencar para termos uma melhor compreensão desse quadro, o que não é nosso objetivo no momento. Mas nos importa compreender que uma de suas consequências mais graves é o chamado "analfabetismo funcional": o aluno até aprende os códigos linguístico e numérico, ou seja, sabe ler, escrever e fazer contas, mas não consegue compreender textos, por menor que seja o grau de dificuldade. No Brasil, são considerados analfabetos funcionais aqueles que frequentaram menos de quatro anos a escola. Entretanto, estudos apontam que essa definição é questionável, como encontramos em Ribeiro *et al.* (2002, p. 53):

De fato, o analfabetismo funcional é um conceito relativo, pois depende das demandas de leitura e escrita colocadas pela sociedade, assim como das expectativas educacionais que se sustentam politicamente. É por isso que, ao passo que nos países pobres se toma o critério de quatro anos de estudo, na América do Norte e na Europa, tomam-se oito ou nove anos como patamar mínimo para se atingir o alfabetismo funcional. Mesmo já tendo estendido a escolaridade de 8 ou até 11 anos para praticamente toda a população, muitos países norte-americanos e europeus estão preocupados com o nível de letramento dessas pessoas, tendo em vista, principalmente, as exigências de competitividade no mercado globalizado.

Entretanto, a despeito desse debate sobre o conceito de analfabetismo funcional, o que se sabe é que tais indivíduos apresentam dificuldades enormes para se desenvolverem profissional, cultural e socialmente, em especial perante as altas exigências do mercado globalizado. Por quê?



Figura 7

Uma pessoa que domina a compreensão complexa de textos e cálculos estará mais apta a ocupar postos no mercado de trabalho que exijam maior responsabilidade e, portanto, menor possibilidade de erro. Já um analfabeto funcional, segundo apontam estudos nesse sentido (VIZOLLI, 2006), costuma

resolver seus problemas e desafios a partir da tentativa e erro. Ou seja, como ele não domina as habilidades complexas para responder a tais desafios com base em conhecimentos científicos, acaba percorrendo longos caminhos de erros até conseguir um acerto, o que geralmente acontece em decorrência de várias experiências frustradas. Fica fácil compreender porque as empresas rejeitaram funcionários que sejam analfabetos funcionais, pois, no mundo corporativo, não há espaço nem tempo para tentativas e riscos de erros, mas, sim, para a eficiência, qualidade e certeza de ganhos e lucros.

Além desse aspecto profissional, o analfabetismo funcional impede que as pessoas tenham um desenvolvimento pessoal pleno, uma vez que não terão oportunidade de usufruir dos bens culturais disponíveis, ou seja, cinemas, teatros, exposições, shows, concertos etc. Todos esses bens culturais aumentam, e muito, o repertório linguístico e cultural das pessoas, o que acaba limitando aqueles que não têm acesso a eles. Ainda nesse sentido, Ribeiro *et al.* (*idem*, p. 53) afirmam:

A pesquisa sobre o analfabetismo funcional no Brasil revela um país onde a cultura letrada está amplamente disseminada, mas de forma muito desigual. Da população alfabetizada, um contingente significativo utiliza as habilidades de leitura e escrita em contextos restritos e, consequentemente, demonstra habilidades restritas no teste de leitura. [...] A escolaridade é o fator decisivo na promoção do letramento da população. A pesquisa revela como os déficits educacionais se traduzem em desigualdades quanto ao acesso a vários bens culturais, oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal que caracterizam as sociedades letradas.

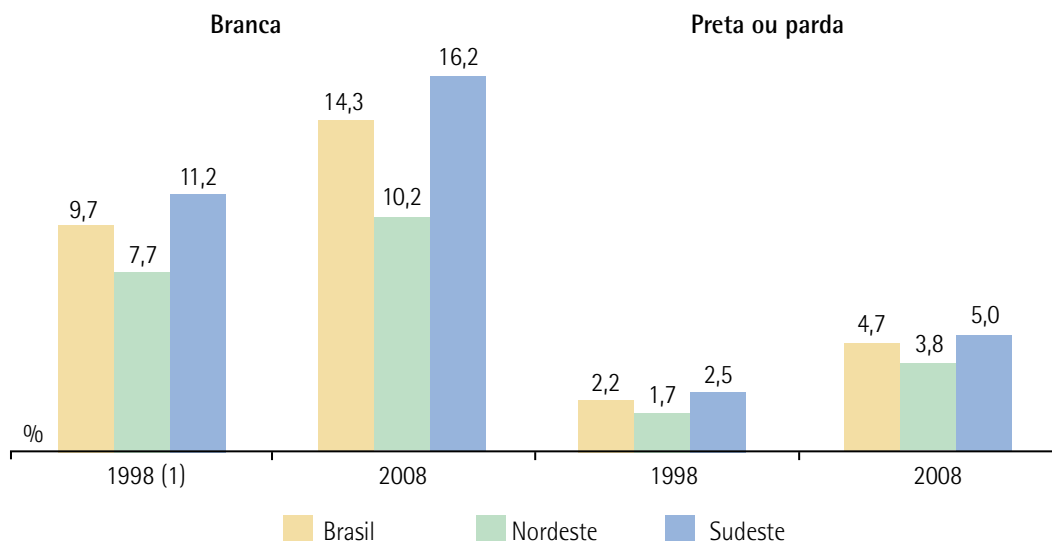


### Observação

Tendo em mente todas essas informações, podemos verificar também que o índice de analfabetos funcionais entre os negros é bastante superior ao dos brancos. Segundo a PNAD 2009, são consideradas analfabetos funcionais as pessoas com mais de 15 anos, com menos de 4 anos completos de estudo, que, em 2009, constituíam 20,3% da população, sendo 15% para os brancos e 25,5% para os negros. Mais uma vez, é notável a diferença entre brancos e negros, dados que engrossam as tristes estatísticas dos levantamentos brasileiros.

As desigualdades referentes ao acesso à educação por brancos e negros se desdobram em todos os níveis de escolaridade, sendo que, quanto mais elevado o nível de ensino, menor a presença de negros. Os dados da PNAD 2009 mostram que, no ensino superior, o percentual de brancos (62,6%) é o dobro do percentual de pretos (28,2%) e de pardos (31,8%). Quando observamos as pessoas que de fato concluem o ensino superior, os números são ainda mais desiguais: são 15% de brancos e apenas 5% de negros com ensino superior no país, segundo o IBGE. O que se percebe é que muitos negros até conseguem entrar no ensino superior, mas é muito difícil que concluam seus cursos, provavelmente por fatores financeiros, já que boa parte desses estudantes afrodescendentes está nas instituições particulares de ensino superior. Você pode confirmar esses dados no gráfico a seguir:

Proporção das pessoas de 25 anos ou mais de idade com ensino superior concluído, por cor ou raça, nas regiões Nordeste e Sudeste – 1998/2008



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1998/2008

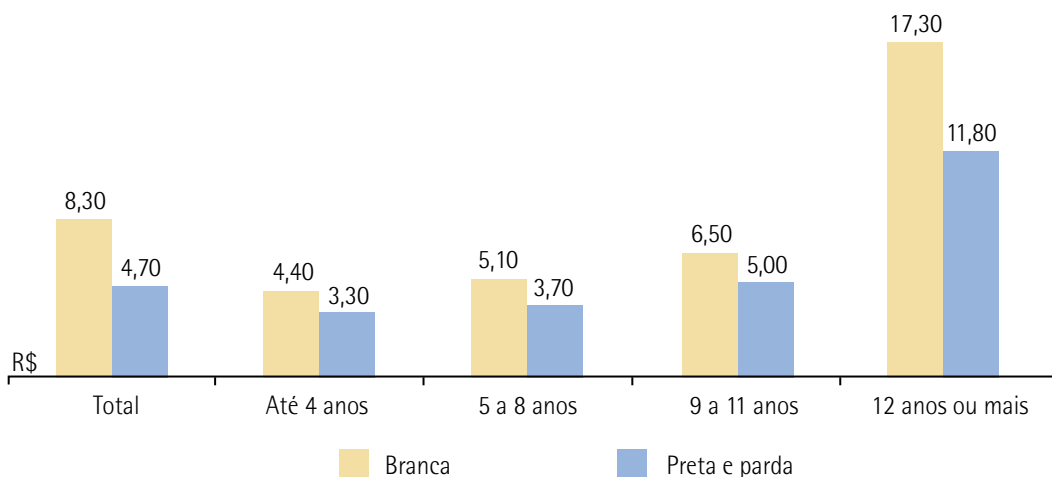
Nota: Inclusive graduação, mestrado e doutorado.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Figura 8

Considere que os números expressam sensíveis melhoras de 1998 para 2008, um fator positivo, sem dúvida, uma vez que a porcentagem de universitários negros dobrou nesse período, passando de 2,5% para 5%. Já entre os jovens brancos, esse percentual é mais do que o triplo (16,2% em 2008). O que esses dados nos mostram são índices bastante alarmantes no tocante ao acesso de pretos e pardos a melhores condições de vida. Em outro ponto desse mesmo relatório, vemos um quadro confirmando que, quanto mais anos de estudo a pessoa acumula, maiores são as suas possibilidades de ganho por hora, o que favorece sua ascensão social.

Rendimento-hora do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por cor ou raça, segundo os grupos de anos de estudo – Brasil – 2008



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008

Figura 9

Conforme já tratamos no subtópico referente à renda, note que os negros ganham menos do que os brancos em qualquer nível de escolaridade, tenham eles mais ou menos anos de estudo. Porém, quando a pessoa consegue acesso ao ensino superior (12 anos ou mais de estudo), o nível de renda aumenta consideravelmente para ambos os grupos, chegando a mais que o dobro. Isso comprova que o ensino superior ainda é, sem dúvida, uma porta para o desenvolvimento pessoal, pois não só promove o desenvolvimento cognitivo e aumenta os conhecimentos gerais e científicos, como também dá acesso a melhores condições de trabalho e emprego.

Para concluir essa parte, é importante atentar ao fato de que o investimento em educação pode ser considerado uma estratégia comprovadamente eficaz na promoção da igualdade racial no Brasil. Isso porque os levantamentos estatísticos feitos pelo IBGE demonstram que existe uma relação direta entre qualidade e acesso à educação e melhora dos níveis de vida da população afrodescendente, por meio de oportunidades de melhores salários e sua consequente ascensão social.

### 3.4 A questão de gênero e a condição da mulher negra

Todos os índices apresentados, sobre a condição dos afrodescendentes no Brasil atual, mostraram claramente a posição desfavorável em que ainda se encontra esse segmento populacional em nosso país: são os negros que moram nas regiões mais pobres, recebem os menores salários, ocupam os cargos mais baixos na hierarquia das organizações, têm acesso a uma educação de menor qualidade, ficando na escola por um período de tempo menor do que os brancos, entre outras condições adversas. Há, porém, um grupo que apresenta índices ainda mais desfavoráveis em todos esses quesitos: o grupo de mulheres negras.

Por isso, vamos discutir neste subtópico sob a perspectiva de gênero, especificamente a condição da mulher negra, que, em todas as estatísticas, é aquela que ocupa os piores lugares, desempenha as atividades mais desvalorizadas socialmente, recebe os piores tratamentos etc. É cada um desses pontos que iremos tratar a partir de agora.



Figura 10

Em primeiro lugar, falaremos sobre as condições de saúde das mulheres negras no Brasil. Sabendo-se que elas experimentam situações de exclusão, marginalidade e/ou discriminação socioeconômica maiores que as de mulheres brancas e de homens brancos e negros, tais restrições têm reflexos nas

condições de saúde dessas mulheres e em seu acesso ao atendimento público de saúde. A pesquisadora Quessia Rodrigues (2009, p. 27) fez um levantamento no serviço público de saúde na cidade de Salvador/BA, porém, suas considerações são válidas para entendermos a situação das mulheres negras no Brasil como um todo:

Além da classe social e do gênero, a raça têm sido outra característica social determinante na análise das situações de saúde. Com relação à população negra brasileira, sabe-se que esta vive a tripla desigualdade – social, econômica e racial – que se expressa em seus corpos e na qualidade e quantidade de serviços sociais públicos a que tem acesso.

Para essa autora, todas as dificuldades e desigualdades enfrentadas pela população negra resultam "em vulnerabilidade para uma série de agravos à saúde" (*ibidem*). Vejamos o caso da mortalidade materna, por exemplo. Segundo Martins (2006, p. 2473), independentemente da questão de cor/raça, o problema da mortalidade materna atinge as mulheres no Brasil de maneira colossal, principalmente as mais pobres:

No Brasil, a morte materna configura-se como um problema de saúde pública. Segundo o Ministério da Saúde (MS), as altas taxas de mortalidade materna compõem um quadro de violação dos direitos humanos de mulheres e de crianças, atingindo desigualmente aquelas das classes sociais com menor ingresso e acesso aos bens sociais, nas várias regiões brasileiras.

Entretanto, ainda segundo a autora (*idem*, pp. 2475-6), o fator cor/raça deve receber toda a atenção dos pesquisadores, uma vez que altera muito os índices em relação às mulheres amarelas e brancas. Atente para os números apresentados em sua pesquisa:

utilizando o Censo do IBGE realizado em 1991, ao comparar a distribuição da população feminina e o número de mortes maternas por cor, para 1993, observou-se que o risco relativo de morte destas mulheres foi 7,4 vezes maior nas pretas e 5 vezes maior entre as amarelas, quando comparadas com as brancas. Ainda neste estudo, na população de mulheres negras, apenas 2,2% eram pretas, porém 8,2% dos óbitos maternos foram destas. As mulheres de raça/cor amarela apresentaram características socioeconômicas e demográficas melhores do que as brancas; as pretas, as piores. No entanto, o risco de morte de ambas foi muito elevado, sugerindo que deve existir relação entre raça, doença, condições de vida e mortalidade materna.



### Lembrete

Quanto mais pobre, piores as condições de vida, menor o acesso aos serviços de saúde, bem como ao pré-natal e, conseqüentemente, maior o risco de doenças durante a gravidez e, portanto, maior a incidência de mortalidade materna.

Além das consequências sobre as mães, tal situação de "tripla desigualdade – social, econômica e racial", segundo Rodrigues (2009, p. 27), também acomete de forma mais grave os bebês negros, que sofrem inúmeros problemas ao nascer:

Cunha (2003) detectou em São Paulo uma maior percentagem de crianças negras com baixo peso ao nascer, característica que poderia indicar, além de problemas nutricionais da mãe e da criança, a possibilidade de maior prevalência de doenças maternas, como diabetes e hipertensão não controladas durante a gravidez pelo acesso restrito aos serviços de saúde ou pela pior qualidade comparativa dos serviços utilizados pelas mães desse grupo.

Observe que, o que acontece em São Paulo, se confirma nos dados do IBGE, referentes ao país como um todo, em relação ao acesso aos serviços de saúde, de acordo com Rodrigues (*idem*, p. 29):

as mulheres negras apresentam menor acesso à assistência obstétrica, pois 61,3% delas realizaram o número mínimo de consultas pré-natais recomendado pelo Ministério da Saúde, seis consultas, enquanto para as mulheres brancas esse percentual foi de 76,6%. Outro diferencial encontrado foi o percentual de mulheres negras que não realizaram o pré-natal (12,8%) em comparação com as brancas (6%).

Não há como justificar tais desigualdades, uma vez que sabemos que todas as mulheres deveriam, por direito, receber o mesmo tratamento nos aparelhos públicos de saúde. Entretanto, a única explicação que se apresenta é a presença do racismo também no atendimento à saúde em nosso país, recaindo mais uma vez sobre a mulher negra os custos dessas diferenças de tratamento e acompanhamento à saúde.

Como parte da maior vulnerabilidade na saúde de mulheres negras, está também o fato delas terem pior acesso à infraestrutura pública, saneamento básico e condições de moradia. Entre os moradores de favelas, estão em sua maioria as famílias negras, sejam elas chefiadas por homens ou mulheres. O gráfico a seguir mostra essa distribuição:

Distribuição de domicílios urbanos em favelas, segundo sexo e cor/raça do chefe – Brasil – 2007

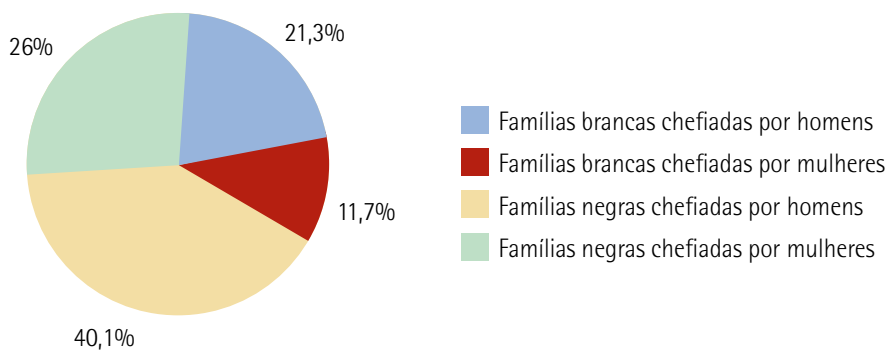


Figura 11<sup>4</sup>

<sup>4</sup>PINHEIRO *et al.*, 2008





Figura 12

Sabe-se, segundo esses dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que, em 2007, apenas 3,6% dos domicílios brasileiros estavam em favelas. Entretanto, isso representa dois milhões de famílias, ou algo em torno de oito milhões de pessoas. Assim, o que nos interessa destacar nesse gráfico é o fato de que, entre as famílias moradoras de favelas no Brasil, praticamente dois terços são negras, portanto, uma "sobrerrepresentação da população negra vivendo em favelas, o que reforça, mais uma vez, sua maior vulnerabilidade social", segundo esse mesmo relatório (PINHEIRO *et al.*, 2008, p. 29).

Há estreita relação também desses números com a falta de saneamento básico nesse tipo de moradia, o que traz consequências para a saúde dessas mulheres e seus filhos, dados que já discutimos anteriormente. Em outras palavras, mais uma vez, o que estamos comprovando é que o número elevado de negros concentrados nas favelas brasileiras não é coincidência ou obra do acaso, mas fruto de nossa herança colonial e da falsa libertação que os africanos escravizados e seus descendentes sofreram e sofrem durante nossa história. Mas esse será assunto para a unidade II.



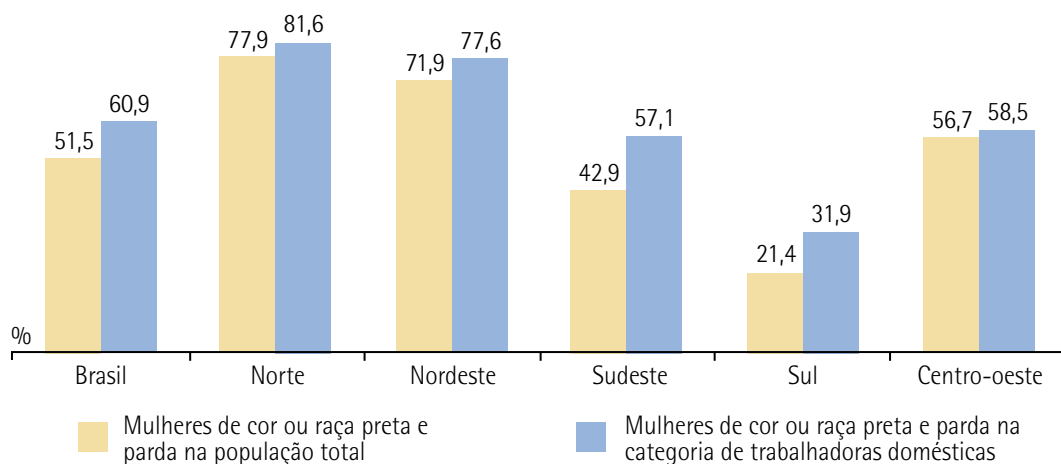
Figura 13



Por hora, vamos concluir esse quadro a respeito do lugar da mulher negra na sociedade brasileira, segundo os números das estatísticas oficiais. A esse respeito, mais dois aspectos serão destacados.

O primeiro consta no gráfico a seguir, que mostra os dados da PNAD 2008, relativos às mulheres que trabalham na categoria de empregadas domésticas: é nítido que em todas as regiões do Brasil, as mulheres negras continuam a desempenhar funções domésticas nos lares, ou seja, o número de mulheres negras ocupando cargo de empregada doméstica é sempre superior à média em cada região.

**Proporção das mulheres de cor ou raça preta e parda na população total e das mulheres de cor ou raça preta e parda na categoria de trabalhadoras domésticas segundo as Grandes Regiões – 2008.**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008

Figura 14



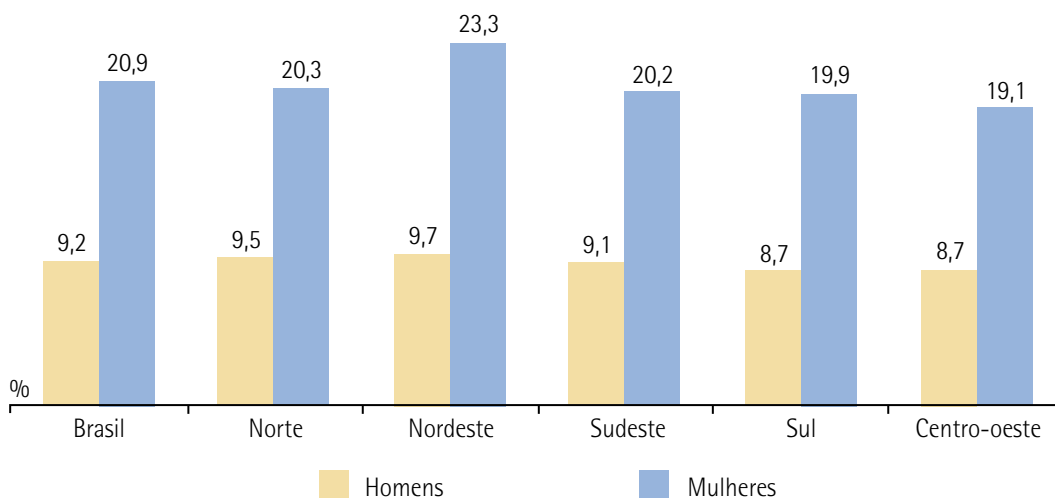
### Observação

Não é exagero afirmar, a partir desses dados, que houve no Brasil uma espécie de “falsa libertação” das mulheres negras escravizadas, no sentido de que a partir de 1888, com a libertação oficial dos escravizados, as mulheres negras tornaram-se simplesmente funcionárias de seus antigos escravizadores, continuando a exercer as tarefas domésticas, função extremamente desvalorizada em uma sociedade desigual e hierarquizada como a brasileira.

Para concluir este tópico, vamos a uma última análise sobre o lugar da mulher na família. No gráfico a seguir, vemos que o tempo empregado nos serviços domésticos pelas mulheres é, em todas as regiões do Brasil, muito superior ao dos homens. Isso porque, historicamente, essa foi uma função delegada sempre às mulheres, segundo uma estrutura familiar e cultural de raízes patriarcais que colocou as mulheres como “donas do lar”, subentendendo-se que elas se tornavam responsáveis por

todo o trabalho doméstico da família, independentemente de trabalharem fora ou não. Observe os dados:

Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos, das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2008.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Figura 15

A participação masculina nos trabalhos domésticos sempre foi considerada apenas uma "ajuda" às mulheres, já que quem se supõe responsável por toda organização, limpeza, provisão e cuidados com a casa é, tradicionalmente, a mulher. Em muitos casos, bastava ao marido sair para trabalhar, sustentando financeiramente sua família. Atualmente, esse posto da mulher como "rainha do lar" está sendo questionado, principalmente pela posição de destaque que ela vem ocupando na vida pública. A própria eleição de Dilma Rousseff para a presidência do Brasil certamente estabelece correspondências com essas questões e indica redefinições nesse sentido. Entretanto, os dados anteriores ainda mostram uma extrema rigidez na divisão do trabalho doméstico das famílias brasileiras, prevalecendo a participação feminina nessa esfera, especialmente na dedicação de seu tempo aos afazeres domésticos. Note que há uma relação entre esse quadro e o apresentado anteriormente, ou seja, nas famílias mais abastadas, quem acaba realizando os afazeres da casa são mulheres negras, na qualidade de empregadas domésticas, conforme mencionamos.



### Lembrete

Continue a refletir sobre essas questões tão contundentes. Para tanto, sugerimos que você pare um pouco e responda às seguintes questões: quem realiza o trabalho doméstico em sua casa? O homem ou a mulher? E quem é responsável pela provisão financeira da família? Será que poderíamos pensar numa redefinição tanto da estrutura familiar, como da divisão das tarefas domésticas?

Esperamos que, a essa altura, você já tenha percebido quão frágil é o mito da democracia racial no Brasil, desmontado insistentemente pelas estatísticas oficiais, que nada mais revelam do que as dificuldades do dia a dia difícil dos afrodescendentes brasileiros, que sempre experimentam, na cor de sua pele, desigualdades nas esferas econômica, profissional, educacional, familiar, de moradia, de saúde etc.

Trata-se, sim, de reafirmarmos a presença de um "racismo à brasileira", dissimulado, escamoteado, negado, mas tão nítido nas conversas privadas, nas organizações públicas e nas publicações de dados.

### **4 MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÕES AFIRMATIVAS: É POSSÍVEL ACELERAR O PROCESSO DE MUDANÇA?**

Após números e mais números comprovando a condição desfavorável em que se encontram os negros na sociedade brasileira, você deve estar se perguntando: mas, afinal, será possível reverter esse processo perverso?

Nossa tese é: *sim, isso é possível*. A partir deste tópico, começaremos a apresentar algumas dessas possibilidades, partindo dos movimentos negros que tradicionalmente lutam contra o racismo e por igualdade de condições, e passando à definição de ações afirmativas e suas principais implicações. Na unidade II, trataremos das legislações vigentes no Brasil no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial, bem como faremos um retorno histórico a fim de compreender mais profundamente as raízes desse racismo. Por fim, terminaremos com a unidade III, em que discutiremos exclusivamente questões educacionais e estratégias para nós, professores, que queremos colaborar para a igualdade racial em nossas escolas e na sociedade de modo geral.

#### **4.1 Movimentos negros na luta contra o racismo: para uma nova condição afrodescendente**

Muitos de nós, ao longo de nossa trajetória escolar, já devemos ter nos deparado com algumas das seguintes explicações para a escravização do negro e para a posição que este ocupa até hoje em nossa sociedade:

- durante o processo de colonização do Brasil feita pelos portugueses, a escravização do negro foi "preferível" à do índio, pois aquele sempre fora mais "passivo", "aceitando" de forma mais mansa sua própria escravização;
- o negro, por ser mais "preguiçoso", se acomodava à sua condição de escravo, o que fez com que permanecesse nela por quase 400 anos. São ideias que sustentam ideologicamente concepções naturalizantes da condição do negro como escravo, como se os africanos já tivessem nascido escravos, numa tentativa de apagar todo o processo econômico e social de escravização de pessoas negro-africanas por escravizadores portugueses brancos;
- os negros estão na situação em que estão hoje porque querem, porque não têm "competência" para "conquistar" o que os brancos conquistaram.

Essas são explicações esdrúxulas e indignantes, mas que infelizmente todos nós já ouvimos pelo menos uma vez na vida. Para que a crítica que estamos realizando fique mais clara, é necessário que se reflita sobre os seguintes questionamentos:

- será mesmo que alguém pode se "acomodar" à condição de escravizado ou toda a história da resistência negra sempre foi propositalmente esquecida pelos historiadores?
- será que o negro realmente "aceitou passivamente" sua escravização ou se organizou em inúmeros movimentos ao longo da história colonial, imperial e republicana brasileira, movimentos esses nunca citados nos livros de História?
- será que as estatísticas que insistentemente mostramos anteriormente confirmam a "superioridade" e "competência" do branco em relação à "falta de capacidade" do negro ou são o reflexo da sociedade desigual, aristocrática e racista na qual vivemos?

É facilmente perceptível que nossa tese nesta disciplina procura confirmar sempre a segunda parte das perguntas anteriores. Por razões didáticas, deixaremos as formulações históricas, necessárias para a compreensão das raízes de algumas dessas proposições, para serem tratadas na próxima unidade.

Neste ponto do livro-texto, queremos reforçar o papel do movimento negro contemporâneo na luta contra as desigualdades raciais no Brasil, bem como na promoção de outra condição para os afrodescendentes, a partir, principalmente, de uma tomada de consciência dessas questões e da implantação de políticas de ações afirmativas, das quais falaremos em seguida.



### Lembrete

Desde já esclarecemos que o tratamento dessas questões neste livro-texto não poderá ser exaustivo, tendo em vista nossa limitação de tempo e espaço para o desenvolvimento de cada assunto. Nossa intenção é sinalizar algumas possibilidades de análise, a fim de que o aluno seja incentivado a continuar suas pesquisas na área, aprofundando assim as explicações possíveis para questões tão complexas como as que tratamos nesta disciplina.



Figura 16

Muitos dos movimentos negros em ação atualmente são resultado de um longo processo de lutas, muitas delas remontando ao período pré-abolicionista, no século XIX, ou até muito antes ainda, desde o século XVI, no início da colonização brasileira e da escravização de africanos por portugueses. A questão aqui é afirmar veementemente que os africanos nunca foram "passivos", "pacíficos" ou "acomodados". Há muitos episódios em que os negros se colocaram como resistentes ao modelo colonial. Até mesmo a organização dos chamados "quilombos" é uma importante demonstração de que eles pretendiam construir, no Brasil, outro modelo de sociedade, aberta a todos e que pudesse desmontar a estrutura escravocrata, implantando em seu lugar, "outra forma de vida, outra estrutura política na qual se encontraram todos os tipos de oprimidos" (MUNANGA e GOMES, 2006, p. 71).

Outros movimentos negros, entretanto, remontam a períodos posteriores à abolição, dado que as desigualdades sociais entre brancos e negros continuaram a existir, mesmo após a "libertação" dos escravizados. Munanga e Gomes (*idem*, p. 107) assim explicam esse fenômeno:

O fato de serem libertados por força da lei não garantia aos negros os mesmos direitos de fato e todas as oportunidades dadas aos brancos em nosso país, sobretudo às camadas mais ricas da população. Por isso, além da libertação oficial, instituída na lei, os negros brasileiros após a abolição tiveram que implementar um longo e árduo processo de construção de igualdade e de acesso aos diversos setores sociais. [...] [assim,] É importante lembrar que a movimentação, a reação e a resistência que fazem parte da história do negro brasileiro constituem momentos importantes na história do Brasil.

Por isso é tão importante que as crianças aprendam nas escolas uma outra história do Brasil, uma história recontada, que desta vez, leve em consideração esse personagem que, mesmo tão importante, foi tão estigmatizado em nossos livros tradicionais, sendo tomado apenas como "escravo".



### Observação

Você notou que estamos utilizando ao longo de todo o nosso livro-texto as palavras "escravizados" e "escravizadores", no lugar das usuais "escravos" e "senhores"? Pois saiba que esta não é uma escolha casual. Trata-se de um posicionamento teórico e político que visa enfatizar, no estudo da história do Brasil, os processos de exploração das populações africanas trazidas por portugueses para o continente americano com a única intenção de transformá-los em mercadorias no contexto daquela economia capitalista comercial. Além disso, o uso das expressões "escravizados" e "escravizadores" ajuda a desmontar a ideologia dominante da naturalização do negro como escravo, processo fortemente reforçado por boa parte da literatura disponível sobre a história do Brasil colônia, que sempre mostrou em

suas páginas os negros apenas na figura de escravos, dando a impressão, inclusive, que esta seria sua condição original, natural, como se todos os africanos já tivessem nascido escravos na África.

Um professor muito importante para os estudos das relações étnico-raciais no Brasil, e já citado em outros trechos do livro-texto, é Kabengele Munanga, nascido na República Democrática do Congo, antigo Zaire, em 19 de novembro de 1942. Em 1980, ele veio para o Brasil, para assumir a cadeira de Antropologia na Universidade do Rio Grande do Norte. Depois de um ano mudou-se definitivamente para São Paulo, tomando como sua casa a Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e Diretor do Centro de Estudos Africanos da mesma universidade. Em uma de suas aulas, Munanga afirmou o seguinte:

O próprio conceito "escravo" é um conceito impróprio, porque essas pessoas eram livres; elas não eram escravas por natureza. Elas foram escravizadas aqui, portanto, seria melhor dizer "escravizados" e não "escravos". Quando se fala em escravos, supõe-se que na África havia pessoas que nasceram escravos. Nós não podemos legitimar a escravidão aqui, a partir do que ocorria na África, como se a África fosse o único continente onde existiu escravidão. Em vez de discursos legitimadores, seria mais justo indenizar os descendentes das vítimas, através de políticas compensatórias, e não buscar pretextos para justificar a escravidão que houve entre nós.

Trata-se sem dúvida de uma afirmação bastante contundente, de alguém que se mostra indignado com os processos de formulação histórica ocorridos no Brasil. Mesmo porque, conforme já estudamos nos tópicos 1 e 2 deste livro-texto, a produção científica europeia e brasileira de meados do século XIX e primeiras décadas do século XX desenvolveu um conjunto de ideologias que procuraram mostrar a inferioridade nata das populações africanas e seus descendentes, com a chamada *teoria do racismo científico*.

A escola, enquanto espaço de formação, é um excelente lugar para se promover ações afirmativas, a começar pela reformulação de conceitos sobre as populações negras, seu papel na formação do Brasil, suas trajetórias, lutas e conquistas. Portanto, urge colocarmos em prática a Lei nº 10.639/2003 e ensinarmos nas aulas esse outro lado da história.

Vale destacar que, após a implantação dessa lei, muitos incentivos foram dados à produção bibliográfica, para que grupos temáticos fossem formados e passassem a escrever um farto material pedagógico sobre a história da África e dos negros no Brasil. Muitos desses materiais estão disponíveis

na íntegra para *downloads* na internet; outros se encontram à venda nas livrarias; ou ainda sendo distribuídos gratuitamente, seja por órgãos públicos, seja por organizações não governamentais, com o apoio da iniciativa privada.



### Saiba mais

Há milhares de possibilidades de pesquisa, com livros na íntegra, artigos e revistas de toda espécie, *sites* educativos para professores, alunos e qualquer pessoa acessar uma infinidade de conteúdos e informações que, para mudarem de fato a realidade de desigualdade racial brasileira, precisam ser lidos, compreendidos, trabalhados em sala de aula, assimilados, a fim de que possam produzir mudanças em nossas relações sociais e, quem sabe, em nossa realidade cultural, social, econômica, política etc.

Apenas como sugestão, apresentamos o *link* <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>> que disponibiliza mais de 1200 páginas, divididas em oito volumes, sobre História Geral da África desde 1935. Trata-se de uma publicação produzida pelo Comitê Científico Internacional da Unesco.

Sobre a história dos negros no Brasil, nossa sugestão são as publicações do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), da Universidade Federal da Bahia, disponíveis em: <<http://www.ceao.ufba.br/2007/livrosvideos.php>>. Acesso em: 30 out. 2011.

## 4.2 A especificidade das ações afirmativas

A força do movimento negro contra todas as formas de discriminação por raça ou cor e pela garantia de direitos sociais fundamentais da população afro-brasileira acabou se traduzindo basicamente em duas formas na legislação antirracista vigente no Brasil: de um lado, por meio de uma legislação penal que pune todo ato discriminatório; por outro, a partir da promoção de igualdade de oportunidades a grupos desfavorecidos socialmente, pelas chamadas *ações afirmativas*.

Neste subtópico, vamos nos aprofundar apenas nessa última questão, procurando mostrar um pouco da discussão em torno de um tema ainda tão polêmico no Brasil, que mexe com os ânimos de intelectuais, ativistas e políticos, tanto de esquerda, quanto de direita, com negros, brancos e amarelos, com as pessoas de modo geral, professores, alunos, profissionais, donas de casa etc. O debate em torno das ações afirmativas é capaz de mobilizar opiniões em qualquer âmbito social ou contexto cultural, principalmente porque fazem parte delas algumas políticas que procuram garantir cotas para afrodescendentes em universidades e empresas, visando à inclusão justa desse segmento populacional.



Figura 17

Mas, afinal, o que são as ações afirmativas? De acordo com Bernardino (2002, p. 256-257)

[...] são entendidas como políticas públicas que pretendem corrigir desigualdades socioeconômicas procedentes de discriminação, atual ou histórica, sofrida por algum grupo de pessoas. Para tanto, concedem-se vantagens competitivas para membros de certos grupos que vivenciam uma situação de inferioridade a fim de que, num futuro estipulado, esta situação seja revertida. Assim, as políticas de ação afirmativa buscam, por meio de um tratamento temporariamente diferenciado, promover a equidade entre os grupos que compõem a sociedade.

A discussão sobre as ações afirmativas procede dos Estados Unidos, onde o movimento negro lutou e conseguiu a garantia de leis que promovessem, ao mesmo tempo: um "ressarcimento" às perdas de oportunidades vividas pelos negros naquele país em consequência de políticas segregacionais e uma "aceleração" do lento processo histórico, para a inclusão social a curto prazo desse segmento populacional, bem como a ascensão de minorias étnicas, raciais e sexuais. Em ambos os casos, segundo Guimarães (2009, p. 170), são ações "para remediar uma situação considerada socialmente indesejável".

Claro que "remediar" não é o ideal de nenhuma realidade verdadeiramente democrática. Assim, é preciso considerar as ações afirmativas como uma medida paliativa, transitória e, portanto, temporária, devendo ser extinta assim que as condições sociais estiverem mais equilibradas para grupos sociais em desvantagem, como negros, indígenas e mulheres por exemplo.



### Lembrete

Por que são necessárias tais ações para "remediar" a situação dos negros no Brasil? Por que os negros não poderiam, "por suas próprias pernas",



conquistar tais direitos e acesso às mesmas oportunidades que os brancos?  
Essa discussão é bastante delicada e requer cuidados.

Em primeiro lugar, as ações afirmativas buscam acelerar um processo histórico que, por si mesmo, talvez demorasse décadas, séculos ou até milênios para acontecer, tendo em vista a "inércia histórica", ou seja, a força de oposição que o passado de discriminações, desigualdades e racismo tem e que gera resistências aos esforços advindos de ações individuais. Em outras palavras, trata-se, segundo Guimarães (*idem*, p. 172), de assumir o "racismo institucional", ou seja, afirmar que "há mecanismos de discriminação inscritos na operação do sistema social e que funcionam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos".

No Brasil, temos uma dificuldade a mais na implantação de políticas de ações afirmativas: o mito da democracia racial, que insiste em negar a existência de raças no país (raças no sentido político, e não biológico, conforme temos assumido neste livro-texto), afirmando, portanto, que o racismo não existe no Brasil. Assim, é primordial que entendamos de uma vez por todas que o racismo é, sim, uma realidade na sociedade brasileira e que, portanto, pede medidas de reparação ou aceleração na inclusão dos afrodescendentes em todas as esferas sociais.

Ações afirmativas são, nesse sentido, uma espécie de "discriminação ao contrário", também denominada como "discriminação positiva", no sentido de proporcionar algumas vantagens aos grupos historicamente em desvantagem (e por isso considerados "minorias"), como negros, idosos, mulheres, indígenas, crianças, adolescentes etc., oferecendo-lhes facilidades temporárias para um acesso mais rápido aos direitos sociais básicos que lhes foram, por tanto tempo, sistematicamente negados. Para o Direito, esse recurso é denominado "mitigação de danos", previsto na legislação brasileira inclusive.

Um exemplo dessas ações afirmativas são os sistemas de cotas para negros, deficientes físicos e mulheres, que torna obrigatória a universidades, empresas e partidos políticos a inclusão de uma porcentagem mínima de determinados grupos sociais tradicionalmente excluídos dessas instâncias.

Claro que a questão das cotas traz um sem-número de argumentos favoráveis e desfavoráveis, discussões inflamadas e também muito desconhecimento e preconceito. Os estudantes universitários são os que, de forma direta, se envolveram nesse debate, pois cotas para negros foram assumidas em várias universidades públicas e privadas no país. Para alguns desses jovens, tal medida seria "discriminatória", pois deixaria de fora estudantes "bem preparados" para as provas de vestibular, que seriam substituídos por estudantes negros, muitas vezes advindos de escolas públicas e, supostamente, menos "competentes" que os brancos, contrariando as noções de mérito e valor individual, tão caras às nossas democracias liberais.



### Observação

Você é a favor ou contra a obrigatoriedade das cotas, seja para estudantes universitários afrodescendentes, trabalhadores com necessidades especiais ou mulheres em cargos políticos?

O que esperamos deixar claro é que esse tipo de argumentação advém de uma compreensão deturpada de nossos sistemas de educação, bem como do acesso via vestibulares. Como se esses sistemas e mecanismos de acesso fossem oferecidos a todos os grupos sociais de forma justa e igualitária, ou seja, baseia-se na crença de que bastaria ao negro ter um pouco mais de "força de vontade" para garantir sua vaga nos cursos mais concorridos das universidades públicas do país. Infelizmente, bem sabemos que a realidade não é essa. Ao contrário, os jovens "bem nascidos" já são desde muito cedo preparados para essa inserção via vestibular, em escolas de alto nível, graças a investimentos educacionais, geralmente feitos pelas próprias famílias. Por outro lado, o ensino reservado aos grupos de crianças e jovens desfavorecidos, na rede pública, não chega perto das altas exigências de desempenho dos vestibulares mais concorridos, o que deixa inevitavelmente tais jovens excluídos mais uma vez de um dos direitos fundamentais do cidadão, o ensino superior. E conforme dados estatísticos já apresentados, os negros são negativamente mais atingidos por esse processo de exclusão, uma vez que encontram-se em maioria nos estratos mais pobres da população.

Felizmente, temos assistido ao crescimento desse debate no Brasil, principalmente nos meios acadêmicos. Qualquer levantamento bibliográfico em bases de dados científicos, nacionais e internacionais, trará milhares de artigos sobre as ações afirmativas no Brasil e no mundo. É muito importante que se saiba que ações afirmativas não podem ser tomadas como sinônimo de cotas; esta seria apenas uma das estratégias adotadas visando à diminuição das desigualdades e da discriminação racial.

No próximo tópico, faremos uma investigação sobre as principais ações afirmativas presentes na legislação antirracista brasileira, começando pela Constituição Federal de 1988. Mais uma vez lembramos que esse recorte temporal se faz necessário dadas as limitações desta disciplina.

Antes de prosseguirmos para a próxima unidade, sugerimos que você faça os exercícios a seguir, procurando aprofundar suas pesquisas sobre os temas selecionados. Em seguida, verifique as propostas de resolução das questões e veja se você conseguiu atingir os objetivos pretendidos e compreender de modo mais complexo as problemáticas apresentadas.



### Resumo

Nesta unidade, foram muitas as teorias, conceitos, informações, críticas, dados estatísticos e atividades a serem desenvolvidas. Para que todo esse conteúdo fique ainda mais claro no processo de aprendizagem, vamos resumir os principais tópicos abordados e convidamos o aluno a retomar suas anotações e estudos, voltando a consultar o texto completo quando necessário.

Os conceitos de *raça* e *etnia* são essenciais para o estudo das relações étnico-raciais. Entretanto, o conceito de *raça* deve ser compreendido com certo cuidado, para não recair em concepções biologizantes. Nossa

abordagem adota a perspectiva política, no sentido de que as populações de africanos e seus descendentes se apropriem e ressignifiquem o uso da palavra *raça* na luta contra toda forma de racismo e discriminação.

Já o conceito de *etnia* requer uma opção, escolha, posicionamento, daquele que pretende fazer parte de certo grupo étnico. Não se trata de um processo simples, mas que implica em atribuição endógena ou exógena, que considera a dimensão relacional e de fronteira, a busca de uma origem comum e o processo de realce ou saliência de determinados aspectos, configurando-se num processo simbólico, político e social.

O *racismo científico*, teoria formulada no século XIX na Europa, sob influência das teorias evolucionistas de Charles Darwin, produziu uma ideologia que define uma ordem natural da realidade social, colocando homens e mulheres, "naturalmente", uns superiores aos outros. Os desdobramentos e as consequências dessa teoria se fizeram perceber ao longo de toda a história do século XX, tanto na Europa como no Brasil, até ser assimilada no contexto brasileiro, influenciando a formação de um *mito de democracia racial*.

Essa concepção das nossas relações étnico-raciais como harmoniosas, a partir da mistura de brancos, negros e indígenas, serviu para encobrir nosso *racismo à brasileira*, que não menos do que em outros países, pressupõe: hierarquização, inferiorização, preconceito, discriminação e desigualdade.

Esse racismo se confirma nos levantamentos estatísticos oficiais, produzidos pelo IBGE, dados esses que foram cuidadosamente analisados por nós, demonstrando que a condição dos afrodescendentes na sociedade brasileira ainda é desvantajosa quando comparada à de outros segmentos da população, nos mais diversos âmbitos sociais: distribuição racial por região, desenvolvimento econômico, mercado de trabalho, renda familiar, distribuição de renda, analfabetismo, desigualdade educacional em todos os níveis de ensino (do básico ao superior), condição feminina com relação a saúde, acesso à infraestrutura pública, saneamento e moradia, estrutura familiar e dedicação aos afazeres domésticos.

Para terminar esta primeira unidade, procuramos defender a tese de que esse quadro pode e já está sendo transformado por meio dos *movimentos sociais* e das *ações afirmativas*, na luta contra o racismo, na promoção da igualdade racial e na conquista de uma nova condição para as populações afrodescendentes.



## Exercícios

**Questão 1.** Observe atentamente os dados contidos na tabela apresentada a seguir:

Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas, total e respectiva distribuição percentual, por grupos de idade e cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, analfabetas									
	Total (1000 pessoas)	Distribuição percentual (%)								
		Grupos de idade						Cor ou raça		
		Total	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	Total (1)	Branca	Preta ou parda
Brasil	14247	100,0	5,1	17,9	35,8	9,8	31,5	100,0	31,0	67,8
Norte	1128	100,0	6,8	19,6	37,5	9,9	26,3	100,0	16,3	81,9
Nordeste	7500	100,0	5,9	21,2	37,1	8,9	26,8	100,0	23,4	75,8
Sudeste	3620	100,0	3,6	13,1	32,9	10,8	39,6	100,0	42,1	56,4
Sul	1159	100,0	3,9	12,1	33,1	12,5	38,5	100,0	60,8	37,2
Centro-oeste	840	100,0	3,5	13,8	37,1	10,1	35,5	100,0	29,2	68,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

(1) Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela e indígena.

Os dados reunidos nessa tabela dão a conhecer o seguinte:

- I. Ao estudarmos a questão do analfabetismo no Brasil, constatamos a ocorrência de expressivas diferenças regionais. Comparando dados percentuais derivados do recorte "cor ou raça" identificamos que a região Norte abriga a população afrodescendente que sofre os maiores prejuízos.
- II. Os afrodescendentes com idade entre 15 e 24 anos são aqueles que sofrem os menores prejuízos nesse contexto geral.
- III. Utilizando o jargão do censo, observamos que, na região Sul, os brancos apresentam prejuízos maiores do que os pretos e pardos.
- IV. Os amarelos e indígenas sofrem prejuízos análogos aos sofridos por pretos e pardos.

Considerando as afirmativas anteriores, assinale a alternativa **correta**:

- (A) É verdadeiro apenas o que se afirma em I e II.
- (B) É verdadeiro apenas o que se afirma em I, II e III.
- (C) É verdadeiro apenas o que se afirma em II e IV.
- (D) É verdadeiro apenas o que se afirma em I e III.

(E) É verdadeiro apenas o que se afirma em II e III.

Resposta correta: alternativa D

### Análise das afirmativas

I. Afirmativa correta.

Justificativa: os dados contidos na última coluna da tabela informam que a porcentagem de pessoas maiores de 15 anos de idade pertencentes ao segmento populacional pretos/pardos varia de região para região: No Norte 81,9%; no Nordeste 75,8%; no Sudeste 56,4%; no Sul 37,2% e no Centro-oeste 68,3%. Assim sendo, a região Norte é a que abriga a população afrodescendente que sofre os maiores prejuízos.

II. Afirmativa incorreta.

Justificativa: observemos que a coluna da tabela que reúne informações sobre o analfabetismo nos diversos grupos de idade não informa absolutamente nada sobre diferenças relativas aos segmentos de brancos e de pretos/pardos.

III. Afirmativa correta.

Justificativa: os dados contidos na penúltima coluna da tabela informam que a porcentagem de pessoas maiores de 15 anos de idade pertencentes ao segmento populacional de brancos varia de região para região: No Norte, 16,5%; no Nordeste, 23,4%; no Sudeste, 42,1%; no Sul, 60,8%, e, no Centro-oeste, 29,2%. Assim sendo, a região Sul é a que abriga a população branca que sofre os maiores prejuízos.

IV. Afirmativa incorreta.

Justificativa: os dados reunidos na tabela não oferecem informações relativas ao analfabetismo de pessoas que compõem os segmentos populacionais amarelo e indígena, conforme se pode constatar na observação feita logo abaixo da tabela: "Exclusive as pessoas de cor ou raça amarela ou indígena".

**Questão 2.** Leia atentamente o texto apresentado a seguir:

Com o objetivo de contribuir para o conhecimento dos programas de ação afirmativa de inserção da população negra no ensino público superior brasileiro, Santos (2006) desenvolveu uma pesquisa na Universidade Estadual de Campinas. Os dados por ele obtidos advêm de estudos recentes e de grupos de pesquisa sobre o tema.

Os estudos mostram que os PAAs têm contribuído para (1) o aumento do número de candidatos inscritos nos vestibulares pertencentes aos grupos alvo dos programas; (2) o aumento do número de matriculados desses grupos nos cursos de graduação; (3) a melhora no desempenho acadêmico; (4) o fortalecimento da identidade étnico-racial dos alunos dos programas; (5) a ampliação do interesse do corpo docente e discente das universidades pelo tema das relações étnico-raciais. Quanto aos grupos de

pesquisa sobre o tema, o foco de investigação tem privilegiado a avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade racial e a investigação da legislação brasileira que trata da discriminação e dos direitos de minorias. (Adaptado de SANTOS, A. O. - *Inserção da População Negra na Universidade Estadual de Campinas: Estudo de Caso de Um Programa de Ação Afirmativa*. Coordenação Geral de Diversidade e Inclusão Educacional, Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ministério da Educação, Brasília, 2006, p.64).

O estudo de Santos:

- I. Atende, entre outros, ao propósito de evidenciar que o debate sobre Políticas de Ação Afirmativa (PAA) não pode, nem deve, ser confundido com o debate sobre cotas para negros, pois, enquanto as PAA visam corrigir desigualdades socioeconômicas procedentes de discriminação, atual ou histórica, sofrida por algum grupo de pessoas, as cotas são apenas um dos recursos utilizados por essas políticas.
- II. Conduziu a resultados que evidenciam efeitos positivos da adoção de PAA em instituições de ensino superior.
- III. Trata da adoção de políticas de ação afirmativa nos diversos graus de ensino no Brasil.
- IV. Reafirma o fato de que a implantação de PAA no Brasil e o debate sobre esse tema não são, de modo algum, justificáveis. Afinal de contas, temos o privilégio de viver num país livre do racismo e internacionalmente reconhecido uma democracia racial.

Considere as afirmativas anteriores para assinalar, a seguir, a alternativa **correta**:

- (A) É verdadeiro apenas o que se afirma em I e II.
- (B) É verdadeiro apenas o que se afirma em III e IV.
- (C) É verdadeiro apenas o que se afirma em I e III.
- (D) É verdadeiro apenas o que se afirma em I.
- (E) É verdadeiro apenas o que se afirma em III.

**Resolução desta questão na Plataforma.**

---

---

---

---

---

---

---